ISSN 0101-4315

CARTA MENSAL

VOLUME 34 – Nº 403 – OUTUBRO DE 1988

ÓRGÃO DO CONSELHO TÉCNICO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO

CARTA MENSAL

VOLUME 34 – Nº 403 – OUTUBRO DE 1988

PROBLEMAS NACIONAIS

Conferências pronunciadas nas reuniões semanais do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio.

ÓRGÃO DO CONSELHO TÉCNICO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO

Sumário

Diretor
Marcial Dias Pequeno

REDAÇÃO
Av. General Justo, 307 – 7º andar
Tels.: 240.6820 e 297.0011 – ramal 242 – Telex: 021-21879
CEP: 20022 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Solicita-se aos assinantes comunicarem qualquer alteração de endereço.

São de responsabilidade de seus autores os conceitos emitidos nas conferências aqui publicadas.

As matérias publicadas podem ser livremente reproduzidas, integral ou parcialmente, desde que citada a fonte.

Carta Mensal, v. 1 – n. 1 –. 1955. –
Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, Conselho Técnico.
Mensal

1. Problemas brasileiros – Periódicos.
I. Confederação Nacional do Comércio.

CDD: 330.981

ANTECEDÊNCIA HISTÓRICA DO HOMEM BRANCO DO BRASIL

Glycon de Paiva
Engenheiro

A origem do homem brasileiro, e a participação do homem branco nesta formação, é o assunto abordado nesta palestra.

SUMÁRIO

- *Os Germanos*
- *Portugal origem principal do Brasil*
- *A Formação de Portugal*
  - *Os Lusitanos, os bárbaros e os árabes*
  - *Dinastia de Borgonha*
  - *Dinastia de Aviz – O domínio do mar-oceano*
- *Exemplos de Linguajar Profissional de marinheiro de caravelas*
- *O Problema do aproveitamento da Amazônia*
- *A Exportação como Condição de Solvência do Problema Financeiro do Brasil*
- *Condições Gerais de desenvolvimento segundo J.R. Galbraith*

Os gregos e os romanos, entre o décimo século antes de Cristo e o quinto século, denominaram de **bárbaros a todos os povos exteriores às regiões onde viviam, isto é, a península da Itália e o Oriente Médio.** A palavra grega **barbarus** significa **estrangeiro**, isto é, povo não romano ou grego.

Os **bárbaros** que viviam no Ocidente da Europa, ou gauleses na região francesa denominada **Gália**, os anglo-saxônicos, na Inglaterra e os germanos no centro da Europa.

Da atual Hungria para Leste, os bárbaros provinham da Ásia. Seus descendentes diretos são húngaros, turcos, búlgaros, tchecos, finlandeses e parte dos russos. São também de origem asiática persas e iranianos.

Os atuais países europeus foram respectivamente ocupados pelos bárbaros da seguinte maneira:

1 – A península ibérica Espanha e Portugal pelos visigodos, bárbaros da Alemanha, enquanto que o norte de Portugal e a Galícia espanhola pelos suevos. A cidade de Braga foi fundada pelos suevos na bacia do Rio Douro. O porto da foz do Rio Douro no Atlântico, norte de Portugal, não padecia de inverno e de neve. Por isso, foi denominado "Porto do Calor", isto é, **Portocalo**, nome que se extendeu para toda a bacia do Douro, dando origem ao nome do país sob a denominação de Portugal. O Sul de Portugal de hoje foi conquistado pelo povo português do Norte, combatendo os árabes de origem africana que ocupavam a região do estreito de Gilbraltar até o Atlântico.

2 – A França de hoje foi inicialmente território dos gauleses, depois dos francos e dos bretões. A Inglaterra era ocupada pelos anglo-saxões a leste, e pelos pictas e escoceses ao norte e oeste; a Alemanha pelos suevos, alamãos, vândalos e lombardos; o Oriente Médio e a Rússia pelos hunos e os álamos.

3 – A sul desses povos, no entorno imediato do Mediterrâneo, existiam:

a) O Império Romano do Ocidente, originário da península italiana extendendo-se com o tempo pelas margens do Mediterrâneo. A Sul, fronteiro à Sicília, vivia o povo cartaginez, povoando o norte da África, na altura de Tunis, Líbia e Argélia, nomes posteriores à sua ocupação pelos árabes, o que mantém até hoje;

b) O Império Romano do Ocidente, abrangendo a Grécia, a Ásia Menor, hoje ocupada pelos turcos, judeus da Terra Santa e egípcios. A cidade de Alexandria, na foz do Nilo, foi o mais importante centro intelectual do Oriente com suas escolas e famosa biblioteca, incendiada pelos árabes quando invadiram o Egito e se apossaram da cidade.

OS GERMANOS

Os bárbaros da região central do norte da Europa eram germanos, povo indo-europeu. Eram homens do mar que viviam nas praias do Báltico, povoadas também pelos Celtas. Estes sofriam pressão dos germanos em busca de território para assentamento de suas populações. No fim do IVº Século antes

de Cristo ocuparam os germanos a bacia do rio Vistula e a Scandinavia; no III Século apoderaram-se da bacia do Reno, empurrando os Celtas para a França. São remanescentes atuais dos celtas os atuais bascos, os galegos do noroeste da Espanha e assim como os habitantes do país de Gales, na Inglaterra.

Fazendo pressão para o Sul, os germanos invadiram Roma. Subdividiram-se em Godos, Visigodos e Ostrogodos conforme a geografia dos lugares onde assentados.

Sob pressão asiática dos exércitos hunos, os germanos atravessaram o Reno e invadiram a França e a península ibérica, dando origem a populações locais que falavam celta. Fundiram-se demais com os povos que anteriormente dominavam o Sul da França, e o Norte da Espanha e de Portugal.

Os portugueses do norte de Portugal têm assim origem godo muito acentuada; os do sul são francamente de origem cartaginesa e mourisca integrados depois por árabes do norte da África.

A cidade de Lisboa é anterior a todo esse processo. Foi fundada pelos navegadores fenícios como ponto de apoio e de aguada de barcos fenícios em busca das minas de cassiterita da Inglaterra, onde lavravam estanho necessitado pelo Mundo de então.

Para concluir esse resumo sobre os bárbaros convém salientar que seus descendentes hoje integram os países do Mundo desenvolvido: Inglaterra, França, Alemanha, Finlândia, Rússia, Estados Unidos, Canadá e mais de uma dezena deles, enquanto que Roma e Atenas que comandavam o mundo anterior a Cristandade e depois colonizaram os bárbaros hoje fruem posição menos marcante.

Do brilho dos donos do Mundo de então restou a cultura grego latina através do direito romano, da literatura, da filosofia e da potencialidade das línguas latina e grega substituindo aos poucos o linguajar incompleto, difícil e pobre dos bárbaros. Seus descendentes se educaram sob o conhecimento originário dessas línguas.

PORTUGAL ORIGEM PRINCIPAL DO BRASIL

Portugal foi formalmente criado na Idade Média por Henrique de Borgonha, bisneto do rei de França. Ao casar-se com a espanhola Teresa, filha de D. Afonso VI de Leão, em 1094, recebeu Henrique como dote um condado sob o domínio da Galiza, entre os rios Minho e Douro, denominado **Condado Portucalense**, tendo Guimarães, como capital.

Ao condado que ganhou do sogro, acresceu Henrique de Borgonha o Condado de Coimbra. Faleceu em 1114 deixando um filho, D. Afonso Henrique, o qual tomou as rédeas do Governo visando a independência do novo Estado. Para isso expulsou sarracenos invasores derrotando-os definitivamente em Ourique no ano de 1139.

Foi Afonso Henrique proclamado rei de Portugal, criando-o formalmente em 1140, fazem oito séculos e meio.

Ao rei D. Afonso sucessivamente sucederam no Governo como reis de

Portugal, doze deles até o instante da descoberta do Brasil as seguintes personalidades em três séculos, falecidas nas idades assinaladas:

Final da Idade Média	(– D. Sancho I	59 anos	
	(– D. Afonso II, o Gordo	62 anos	
	(– D. Sancho II	46 anos	
	(– D. Afonso III	69 anos	
	(– D. Diniz	64 anos	fundador da Universidade de Coimbra.
	(– D. Afonso IV	67 anos	
	(– D. Fernando I	40 anos	
	(– D. João I	76 anos	Vencedor da Batalha de Aljubarrota que **assegurou a independência** lusitana. Casou-se com uma princesa inglesa D. Filipa de Lencastre;
	(– D. Duarte I	47 anos	
	(– D. Pedro, duque de Coimbra	57 anos	
	(– D. Henrique, o Navegador	61 anos	
	(– D. Afonso V, o Africano	49 anos	

D. Henrique foi o maior de todos. Instalou-se em **Sagres**, no extremo sul de Portugal, ao pé do Atlântico: "língua de rocha cravada nas ondas" como a apelidaram os cartógrafos e astrônomos, que participaram da Côrte, preparando-se para a expansão lusíada por tods os mares o que foi conseguido após setenta anos de esforços em Sagres e na construção de náus.

Sob essa influência, o Brasil foi descoberto em 1500. Também, sob a inspiração do Infante D. Henrique, alma dos descobrimentos, Gaspar de Lemos aportou na Guanabara, chamando-a Rio de Janeiro. Esta cidade foi fundada em 1º de março de 1565 por Estácio de Sá, fazem hoje 423 anos. No VI Centenário do Rio de Janeiro inaugurou-se a estátua de bronze do Infante D. Henrique.

Daí para frente a maior parte da história de Portugal foi história do Brasil.

Setenta anos após a morte de D. Henrique tornaram-se conhecidos os grandes oceanos do Mundo. Os portugueses tinham chegado ao estreito de

Malaca, às ilhas das **Especiarias**, ao **Mar da China** e ao **Japão**. No Oeste do Atlântico tinham descoberto o Brasil, explorado o Atlântico Norte, Terra Nova, Labrador e Groenlândia. E foi ainda um navegador português velejando sob a bandeira da Espanha teve a glória de encontrar no extremo sul da América, o estreito que conserva seu nome – Fernão de Magalhães. Cruzou pela primeira vez todo o oceano Pacífico até o mar das Especiarias, que conhecera anteriormente a serviço do rei de Portugal pelo caminho da África do Sul.

A FORMAÇÃO DE PORTUGAL

I) – Os Lusitanos, os Bárbaros e os Árabes

Na altura do Terceiro Século antes de Cristo, a 2300 anos atrás, viviam os lusitanos não só dentro dos limites atuais na nação portuguesa, como também em fração contígua da Espanha de hoje. Os lusos eram um povo de origem cartagineza.

A região ocupada pelos lusitanos foi particularmente invadida pelos romanos no segundo século antes de Cristo. Lá permaneceram até o ano 50.

Quando ocupada pelos romanos, governo do Imperador Augusto e depois, a região passou a denominar-se **Lusitânia**. Posteriormente à ocupação romana a Lusitânia foi invadida por Álamos, Suevos e Visigodos, bárbaros do norte e leste da Europa, empurrados para o Sul pelos godos. Esse movimento foi contemporâneo do fim do Império Romano também invadido pelos bárbaros.

Já no oitavo século, ano 711, os árabes invadiram trechos de Portugal. **Afonso III, rei das Astúrias (866-910) reprimiu a ocupação árabe na região do Porto e Fernando I, rei de Castela, livrou afinal da invasão árabe toda a região entre o Porto e o Mondego.**

II) – A Dinastia de Borgonha

Com Henrique de Borgonha inicia-se em Portugal, a dinastia dita de **Borgonha**, a partir do ano 1097, para encerrar-se 269 anos depois com Ferdinando I, no ano de 1375.

Essa dinastia governou Portugal por dois séculos e meio, consolidando o reino.

Seguiu-se a dinastia de Aviz, sucessora da dinastia de Borgonha, **quando se abriu o período de dominação dos mares do mundo pelos portugueses.**

III) – Dinastia de Aviz – O domínio do mar-oceano

O último rei de Borgonha não deixou descendentes masculinos. Os interesses ingleses em Portugal, à época, fizeram pressão forçando a escolha para o Governo real de João I, Grão-Mestre da Ordem de Aviz, filho bastardo de Pedro I, meio irmão de Fernando que foi o último rei borgonhês.

O primeiro rei Aviz, João I, casou-se com Filipa de Lencaster, uma inglesa. **Com o novo rei começam as explorações marítimas portuguesas desenvolvendo-se de 1385 a 1433.**

A importantíssima descoberta do mundo pela face marítima, só foi possí-

vel pelo trabalho preliminar de preparo de taboas astronômicas mandadas calcular por Afonso V, o Africano, por cientistas judeus ibéricos preparados nesse ofício. Promoveu pesquisas para escolha de perfis de construção naval, com leme dito **d'etambot**. Daí o desenho da Caravela em 1439: boca coberta, com quatro mastros e velas bastardas, pesadamente armado com 18 peças de artilharia, barco de guerra que era.

Porque Portugal achava-se à época ilhado entre a Espanha e o mar, padecendo deficiência de trigo, de couro e de tintas e cana de açúcar. Portugal era baldo de gente para movimentar moinhos de açúcar e de recursos para promover transações comerciais.

Daí o propósito de estender sua influência pela África inicialmente, com a tomada de Ceuta em 1415, pela colonização da Ilha da Madeira, e pela lavra do Reino do Ouro na África em 1436. Tratou-se de buscar novas terras capazes de minorar a situação de estrangulamento que imobilizava Portugal.

Todavia a resistência na África foi grande, principalmente em Marrocos. Assim, a solução orientou-se para ocupação do que antes se chamou mar-oceano, visando terras mais afastadas fáceis de conquistar.

Isso porque, apertado entre o Mar e a Espanha, Portugal decide-se por uma carreira marítima, em busca de novas terras e oportunidades capazes de atender às necessidades da mãe-pátria, estrangulada ao pé da Espanha.

Esse movimento inicia-se com João I em 1430. A necessidade de apuração de conhecimentos da arte de marear orientaram inicialmente os esforços para o estabelecimento de um grande centro de estudos, capaz de produzir tábоas astronômicas, conhecimentos de engenharia naval e descoberta das vantagens do leme **d'etambot**. Dessas providências nasceu o desenho e a construção da caravela.

Fundou-se por isso a famosa Escola de Sagres no Algarve, extremo sul de Portugal, não longe de Faro atual. Essa tarefa coube a Henrique de Borgonha. Após a frutificação de Sagres iniciou-se a tarefa de descobrir rota marítima para as Índias, de modo a facilitar o comércio com a Ásia, o que se fazia, até então, em grande parte por terra, sujeita a pressão dos árabes, aos roubos de mercadorias transportadas, e à cobrança de direitos de passagem.

Assim, sob o Governo de Manoel o Venturoso (1493-1521), Vasco da Gama, realizou a primeira viagem marítima as Índias. Isso conseguiu bordejando a costa oriental da África, velejando para o Sul ao longo dela. Chegando ao extremo Sul da África no cabo, que denominou **Boa Esperança**, voltou-se para Norte e Nordeste em busca das Índias, após vencer a resistência muçulmana, até então senhora do comando do tráfego comercial Leste-Oeste entre a Europa e as Índias, pelo Mediterrâneo e, ainda, à passagem em terra firme pela Pérsia e pelo Afganistão.

Vasco da Gama apossou-se dessa maneira dos mercados asiáticos de especiarias, isto é, de condimentos apreciadíssimos na Europa, e indispensáveis à conservação dos alimentos.

O comércio acabou por estabelecer-

se em grande escala através da **Casa da Índia e da Guiné** (1499) mediante barcos que navegavam de Lisboa a Calicut na Índia.

Com a descoberta da passagem para as Índias, terra de especiarias, diamantes e esmeraldas, tecidos finos de seda, **Portugal passou a dominar o mercado europeu desse tipo de mercadorias, o do açúcar e o de escravos.** Ao mesmo tempo, Francisco Xavier, padre português, feito Santo pelo Papa, procurou evangelizar a Índia e a China em cujos portos arribavam os barcos portugueses.

A empresa da conquista comercial das Índias não foi todavia lucrativa. O mau resultado forçou Portugal a fazer plantações de cana de açúcar e especiarias nos Açores, em Cabo Verde e no Brasil.

Cumpre relembrar que a estupenda tentativa portuguesa de aproveitamento da descoberta do caminho das Índias constitui o tema essencial do poema Lusíadas, de Camões, cantando os feitos de Vasco da Gama e de sua gente.

A subseqüente história portuguesa é essencialmente a história do Brasil sob o comando português. Com o final da produção no Brasil do ouro de aluvião, nos fins do Século XVIII e coincidindo com a invasão francesa em Portugal de 1807, mudou-se o Governo português para o Brasil aonde permaneceu até 1821.

Em 1822 Portugal perde o Brasil e passa a viver anos difíceis em todo o Século XIX, até terminar a linha real portuguesa no ano de 1911, estabelecendo-se regime republicano daí por diante.

Essas significativas realizações do conquistador português só foram possíveis pela construção da **caravela**, embarcação admirável que se converteu em condição fundamental das grandes realizações marítimas daquele povo.

A importância da caravela foi tal que criou um linguajar próprio para definir os numerosos elementos daquele tipo de náu, do que dá idéia a rica designação das peças desusadas hoje, mas que outrora integravam a construção e o meneio das naves. Disso damos exemplos de numerosas designações estranhas hoje à compreensão contemporânea.

Exemplos de Linguajar Profissional de marinheiro de caravelas

BASTARDO – Cada um dos cabos dos enxertários das vergas de gáves, munidos de caçoiles, destinados a aguentar a boca-de-lobo da vela carangueja ou a retranca de encontro ao mastro.

VELA DE BASTARDO – Vela que enverga na verga de bastardo.

CAÇOILO – Peça cilíndrica de madeira com rebaixo em meia-cana capaz de ajustar-se a uma enxárcia ou a um estai.

VERGA – Peça de madeira ou de ferro, cilíndrica ou fusiforme que cruza um mastaréu (verga redonda), ou que se prende por um dos extremos do mastro (verga latina ou carangueja) e na qual se prende seu gurutil.

ENXÁRCIA – O conjunto de convés e o enfrechates dos navios a vela.

BOCA-DE-LOBO – Volta ao cabo para encurtar um estropo ou o próprio cabo, ou amarrá-lo pelo seio ou pelo chicote a um gato fico.
– Semicírculo ou meia braçadeira por meio da qual o pé da carangueja ou da retranca se apoia no mastro.
– Cavado semicircular feito no centro da telha da verga que não seja papa-figos, e pela qual se apoia no mastaréu.

ESTAI – Qualquer dos cabos que aguentam a mastreação para vante ou qualquer cabo destinado a suportar em posição vertical um turco, uma chaminé ou balaústre.

GURUTIL – O lado superior da vela redonda ou quadrangular da latina. Também, nas velas latinas triangulares, o lado preso ao mastro ou ao estai.

O PROBLEMA DO APROVEITAMENTO DA AMAZÔNIA

A região amazônica foi inicialmente ocupada pelo português a partir do Oceano Atlântico. Progressivamente dela se apossou ao longo do grande rio, navegando para Oeste.

Santa Maria de Belém, foi o primeiro sítio de ocupação permanente nas margens do rio. A embocadura do Amazonas foi pela primeira vez visitada em 1500, por Pinson, que passou por lá ao largo.

Em 1547 aconteceu o primeiro desembarque do homem branco vindo do Peru para o interior amazônico. É o caso de Francesco de Orellana, explorador espanhol a serviço de Pizarro, conquistador do Peru. **Orellana batizou o grande rio com o nome que hoje tem.** O Imperador Carlos V, a partir do feito, determinou que fundasse Orellana um povoado no Rio Amazonas como sinal de posse espanhola. Isso fez na embocadura do Rio Negro, na altura da atual cidade de Manaus, hoje com um milhão de habitantes.

Deu-lhe Orellana nome que não perdurou: **"Nova Andaluzia"**. Aí morreu Orellana sem nada ter podido fazer para legitimar a posse.

De toda bacia amazônica, extensa de 7 milhões de quilômetros quadrados, o Brasil possui hoje a metade, cabendo o restante ao Peru, Bolívia, Colômbia, Venezuela e as Guianas, hoje países independentes. O equador terrestre corta a Amazônia praticamente sobre o traçado do rio.

A penetração portuguesa no Amazonas iniciou-se após 1580, quando assentada a união política dos países Espanha e Portugal sob o reinado de Felipe II (1556-1590) o qual, anexou o território português às terras espanholas.

Essa situação política permitiu-nos penetração franca dos habitantes de Belém para Oeste. É que o meridiano de Tordesilhas, repartindo a América do Sul entre Portugal a leste e Espanha a Oeste, extendia-se de Belém a Florianópolis.

Subiram assim o Rio Amazonas, visitando Manaus, à época, mero burgo espanhol, ingressando até o Equador. Assim, fez o explorador paraense Pedro

Teixeira em 1610 e sua frota, armada em Belém a custa da cidade.

A partir desse instante foram reconhecidos e estudados, pelos portugueses e brasileiros do Pará os principais afluentes de ambas as margens do Rio Amazonas cobrindo área de mais de quatro milhões de quilômetros quadrados.

A liberação de Portugal do domínio espanhol é de 1640, encerrando um período de vida comum que durou sessenta anos. Durante esse período os habitantes de Belém ocuparam o território do Amazonas graças aos trabalhos de Pedro Teixeira e suas embarcações. O túmulo dele pode ser visitado ainda hoje na Catedral de Belém.

Essa situação, repetimos, durou até 1640 quando desfeita a unicidade temporária de Governo desses dois povos diferentes. Aproveitaram os representantes portugueses do Governo em Belém para explorar as terras do Oeste amazônico localizadas na região anteriormente coberta pelo Tratado de Tordesilhas de 7 de junho de 1494, o qual os fez permanecer a leste do meridiano de Belém.

Essas terras, como se explicou, foram ocasionalmente espanholas. Durante o Goveno mixto espanhol-português naturalmente passaram tais terras a serem igualmente acessíveis aos portugueses subditos todos da mesma união político-geográfica. Daí, a expedição de Pedro Teixeira de 1611 visando reconhecer o oeste amazônico. Essa visita era até então vedada pelas regras do Tratado de Tordesilhas. Porque, por Belém, passava o meridiano de 1494, separando as propriedades mundiais das duas nações. Suspensa a determinação após 1580, tornou-se permitida durante sessenta anos a navegação e exploração de portugueses no antigo território espanhol.

Desde 1640 tinha sido restabelecida aí a ocupação portuguesa. Neste Século XX, permaneceu muito escassa população da Amazônia, com apenas 7 milhões de habitantes hoje distribuída por mais de 3 milhões de km^2. Assim, muito pouco poderá fazer tão pouca gente para aproveitar área extensíssima da bacia do maior rio do Mundo. Pobremente vive o povo do Amazonas alojado na beira dos rios e dos igarapés por onde navega e busca alimento: peixe, ovos de tartaruga e palmito. Houve, aí, curto surto de progresso entre 1880 a 1910, com o aproveitamento de borracha silvestre, indispensável então às fábricas de pneumáticos de veículos automotores.

A colheita de latex da seringueira para transformação em **bolas de borracha** constituiu, durante vinte anos, importante atividade para a população amazonense. Essas **bolas** eram exportadas para todo o Mundo, momentaneamente enriquecendo a população.

Baseados, entretanto, em mudas de seringueiras do Amazonas, fizeram os compradores de borracha enormes plantações dela na Ásia. Essas, em poucos anos, com vantagem, substituiram a borracha silvestre amazônica pelas plantações da Indonésia, do Vietnam e de Sumatra.

Voltou assim a Amazônia à sua anterior situação de desemprego, de inativi-

dade sistemática. Recentemente, mas parcialmente, o aproveitamento de minerais e a criação de indústrias baseadas na floresta assim como no subsolo tem trazido alguma vida aos sete milhões de pessoas que lá vivem.

Atualmente surgem alguns importantes centros mineiros como Trombetas (produção de bauxita para fabricação de alumínio); Amapá (manganês para metalurgia); Rondônia, com cassiterita, minério de estanho. Também, recentemente, iniciou-se metalurgia do alumínio em São Luiz do Maranhão e produção de minérios de ferro para exportação em Carajás, no interior do Maranhão, a 900 Km da costa atlântica, orla amazônica ainda.

Iniciou-se no Jari, indústria de celulose para papel a partir da floresta, assim como fabricação de cimento em Monte Alegre.

Preocupado com o povoamento extremamente lento da Amazônia nesses quatro séculos em que a possuímos, o Governo criou situação de porto franco para a cidade de Manaus, de modo a atrair importação de componentes industriais no Exterior sem ônus tarifário e assim aos poucos provocar industrialização em Manaus. Os produtos industriais lá fabricados exportam-se para o Sul.

Mas, como um todo, a Amazônia é deficitária como sempre foi, exceção dos poucos anos da predominância da borracha.

Ao restante do Brasil, cumpre ajudá-la até que lucrativamente produza para sustentar sua escassa população.

Observe-se como vantajosa para o Brasil foi a sujeição, durante 60 anos de Portugal ao Governo espanhol entre 1580-1640. Permitiu-nos penetrar região anteriormente espanhola e dela apossarmos, findado o domínio. O Brasil cresceu, assim, de uma só vez, de mais de cinco milhões de quilômetros quadrados, embora em terreno de aproveitamento difícil e caro. Depois de quatro séculos começamos a vencer dificuldades. Essas ainda exigem volumosos capitais para aprestá-la e torná-la rentável e economicamente independente dos favores monetários do Sul.

Nesses últimos trinta anos surgiram na Amazônia algumas fontes de novos recursos influindo já na melhoria das difíceis condições econômicas da região. Entre elas distinguimos produtos minerais como o manganês do Amapá e de Carajás. O minério de ferro de Carajás, a bauxita do Trombetas, o estanho de Rondônia e o petróleo e gás ao sul de Teffé, além dos numerosos garimpos de ouro capazes de produzir meio bilhão de dólares.

A vastidão da área promete novas iniciativas no campo mineral que hoje significa, no seu conjunto, um faturamento composto de mais de um bilhão de dólares por ano o que equivale por habitante da Amazônia duas vezes mais do que anualmente fatura o habitante do Sul em geral, no campo mineral.

Há, demais, muito a fazer no campo agrícola, na produção de madeira, de palmito e na pesca.

A vida é difícil na Amazônia pelo clima, pelo excesso de chuva, pelos insetos causadores de malária e leihma-

niose e pela pobreza de cálcio na alimentação possível.

A potencialidade de energia elétrica é enorme mas a necessidade dela em grande escala carece ainda.

A EXPORTAÇÃO COMO CONDIÇÃO DE SOLVÊNCIA DO PROBLEMA FINANCEIRO DO BRASIL

Um grande exportador de bens como o Japão, anualmente remete para o Exterior valores que somam 197 bilhões de US$, quantia que se iguala às duas vezes a dívida externa do Brasil.

Como o PIB do Japão, em 1985, foi de 1.570 bilhões de dólares (cerca de 14.300 dólares **per capita**) verifica-se ser a riqueza anualmente exportada pelo Japão 12,5% do produto nacional aquele país, isto é, mais de 1.400 dólares por habitante.

Países há que exportam frações importantes do respectivo PIB, caso do Japão, por exemplo, e da Bélgica que vende para o Exterior 68,7% do produto nacional. Compreende-se bem a enormidade dessa cifra, observando-se que a Bélgica é um país de pequena população, de solo cabalmente aproveitado e construído, altamente industrializado, rico de carvão coqueificável, fonte principal de energia e da exportação daquele país.

Países maiores, mas muito povoados, igual e cabalmente desenvólvidos, caso da Inglaterra, Itália e França, apenas exportam o terço do produto nacional respectivo.

De outro lado, países desenvolvidos, mas exportadores, como Argélia, Costa do Marfim, Marrocos e Egito, aplicam em exportações percentuais do respectivo produto nacional relativamente modestos que alcançam mais de 25% dele.

Trata-se de esforço gigantesco desses países para sobreviver e cuidar, ainda que imperfeitamente, das respectivas populações.

O Brasil tem exportado até 25 bilhões de dólares por ano de produtos. Não passa de um oitavo do que exporta o Japão. Metade é de produtos industriais como aço, automóveis, caminhões, navios e alumínio. Isso representa 330 dólares por habitante. A crifa de exportação do Brasil apenas se aproxima de 10% do PIB brasileiro. **A duplicação da exportação brasileira é necessidade urgente em face de nossos débitos no Exterior e do peso do serviço financeiro que acarreta.**

É visível que, ao Brasil, cumpre intensificar suas exportações, fazendo-as subir, no decênio do atual nível de 25 bilhões de dólares anuais em busca de pelo menos o dobro desse valor, tendo em vista ser o Brasil a sétima potência industrial do Mundo e essa atividade representar um terço do PIB brasileiro.

De fato, o Brasil frue de experiência industrial amadurecida; principalmente quanto a veículos agrícolas, de transporte de carga e passageiros. É também fabricante importante de navios, de aviões e de locomotivas, objetos todos de exportação.

Esse esforço industrial é muito necessário dada a enormidade de nossa dívida externa a qual não poderia ser atendida só com produtos agrícolas

como café, laranja, ovos, frangos e frutas mas e principalmente com produtos industriais.

Assim, parece-nos que a liberação do Brasil de suas dificuldades atuais encontra parcela substancial da solução de seus problemas na renovação cuidada, ampla, decisiva e rápida da sua atividade exportadora.

Em suma, essencialmente cumpre:

a) – Um gigantesco esforço durante 10 anos, pelo menos, para pagar nossa dívida externa, para isso **dobrando a exportação de bens, incrementando a produção industrial de exportação e reduzindo a importação** tendo em vista imperiosa exigência de recursos para pagar as dívidas;

b) – **Uma política nacional de contenção de concepção nas mulheres do Brasil de modo a estabilização da população brasileira pelo ano 2020;**

c) – **Um decidido e ardoroso movimento nacional de alfabetização dos 25 milhões de analfabetos do país, aperfeiçoando-os simultaneamente nas respectivas profissões; sugerindo-lhes, demais, rumos práticos de vida.**

A alfabetização de cada um será tarefa pessoal de cada um de nós alfabetizados de modo a elevar, em período que calculamos de três anos, o nível cultural elementar do brasileiro.

A realização desse item pode ser também propósito das fábricas nacionais relativamente ao seu pessoal; do comércio em relação aos seus servidores; e das casas de família em relação a seus empregados.

INSISTINDO

O desenvolvimento da exportação de produtos de toda natureza, principalmente industriais, deve ser objeto permanente de política governamental como meio próprio de solvência da situação financeira nacional.

Ao mesmo tempo, nesse esforço de reerguer o Brasil, importa dedicar-nos em prazo curto em busca da redução drástica do analfabetismo entre nós, incidente sobre a quinta parte da população nacional. **Esse analfabetismo é a causa essencial da pobreza brasileira. Alfabetizar o país por generalizado esforço nacional em prazo curto significa aumentar incrivelmente a riqueza brasileira.**

Essas duas providências: **exportação** e **alfabetização** em busca das cifras sugeridas são remédio adequado para resolver em prazo curto as dificuldades do Brasil, principalmente se enquadrarmos o crescimento populacional, condição para que não mais importe em aumento violento das dificuldades nacionais. Com elas temos tentado lutar sem jamais atacá-las pelo ângulo conveniente e correto.

CONDIÇÕES GERAIS DE DESENVOLVIMENTO SEGUNDO J. R. GALBRAITH

1 – A riqueza e a prosperidade dos países parecem ligados à latitude deles.

Para desenvolvimento dessas qualidades o **Norte da Terra é mais favorável para o Sul.**

2 – A prosperidade nacional depende da renda. Povo pobre não prospera.

3 – A boa economia depende da operação impessoal do mercado. A vida econômica é processo de constante mudança.

4 – Para um programa de enriquecimento nacional, **cumpre começar pelo desenvolvimento político, seguido do cultural. Só depois o desenvolvimento econômico dará frutos.** Há exemplos: na França, nos Estados Unidos, na Alemanha e no Japão o desenvolvimento econômico foi precedido respectivamente pela **Revolução Alemã** de Bismarck e pela **Restauração Meiji** do Japão.

No Brasil, resultaram sucessivamente em desenvolvimento econômico a Revolução Republicana de 1889; a **Revolução de Vargas de 1930** e a **Revolução de 1964.**

É motivo dessa causalidade o fato do sistema político vitorioso proporcionar segurança pessoal propiciadora de êxito econômico.

5 – **A elevação nacional de padrão de vida é incompatível com o analfabetismo. O pleno desenvolvimento de um país depende entretanto da alfabetização da sociedade nacional como um todo.**

6 – Como pobreza é muito festejada pelos religiosos de mais de uma crença, sua eliminação depara com grandes obstáculos que dificultam o avanço econômico do país. **A educação do pobre é importante no sentido de elevar-lhe o pensamento, dando-lhe um ponto de partida impeditivo da acomodação com a pobreza que é o maior obstáculo ao progresso.**

7 – Cabe relembrar os sete pontos que resumem a matéria discutida:

a) – Desenvolvimento é um processo histórico;

b) – Os mais velhos países industriais não perceberam ou não compreenderam a própria história;

c) – **O capitalismo não conseguiu acabar com as limitações da pobreza;**

d) – O socialismo, com sua densa estrutura administrativa e a sua escassa oferta de talento administrativo, deixa de ser considerado alternativa brilhante da pobreza;

e) – Nos países amadurecidos, não-socialistas, a força transformadora e o motor da transformação, é a **organização. Apenas dois milhares de companhias gigantes dos EE.UU. produzem dois terços do produto privado americano.** Há concentrações semelhantes em outros países;

f) – Com raras exceções e onde há grandes empresas existem também sindicatos fortes. Todas essas organizações colimam objetivo comum: **furtar o poder ao mercado e localizá-lo, em proporção variável, nas mãos dos produtores;**

g) – O problema do mundo não socialista localiza-se na interação das modernas estruturas de organização, situação que causa pressão crescente sobre custos e preços.

8 - Só há três maneiras de combater a inflação de um país:

1) - **Pela política fiscal** que se baseia no corte oficial de dispêndio conseguido por empréstimos;

2) - **Pela política monetária** que se esforça por reduzir-lhes o volume;

3) - **Pelo controle de salários e preços,** fórmula entretanto inaceitável nos países desenvolvidos.

9 - **A política monetária** é eficiente, embora só opere com sucesso no setor alto da economia e sob severo sofrimento de todos. Seus efeitos negativos repontam imediatamente no emprego e na produção, conduzindo à recessão. Efeitos favoráveis só se apresentam sob intolerável rigor na aplicação do remédio.

Pessoalmente entendemos que para o rápido progresso do País tornando-o desenvolvido por igual importa:

I - Estabilização populacional em prazo curto;

II - Alfabetização de adultos no prazo máximo de 5 (cinco) anos de 25 milhões de brasileiros para que leiam, escrevam e façam as quatro operações à isso dedicando-se duas horas por noite com jantar gratuito;

III - Asilo dos inaproveitáveis de modo permanente em estabelecimentos no campo;

IV - Treinamento sistemático da mão-de-obra pelo gratuito ensino profissional noturno;

V - Refazimento generalizado da mata pela **reconstituição da flora e fauna** pelo excedente populacional lá residente e para isso remunerado;

VI - Localização das famílias de campo em pequenas propriedades autosustentadas;

VII - Luta permanente e decidida contra a malária e demais doenças tropicais visando extinguí-las em cinco anos.

Palestra proferida em 16/Junho/1988

A ENCÍCLICA SOLLICITUDO REI SOCIALIS

Pe. Fernando Bastos de Ávila, S.J.
Sacerdote e Professor

"Ponderando o que mudou para pior – aspectos negativos – e o que mudou para melhor – aspectos positivos, o balanço resulta num saldo infelizmente negativo. A situação social do mundo se deteriorou nas últimas duas décadas".

A segunda Encíclica social de João Paulo II veio comemorar o 20º aniversário da Encíclica Popolorum Progressio, de Paulo VI. Por este motivo, ela é datada de 30 de dezembro de 1987.

No Brasil, sua divulgação ocorreu a 19 de fevereiro passado, quando nossos meios de comunicação social estavam invadidos pelos debates constituintes em torno da forma de governo, bem como pelas notícias sobre a catástrofe das inundações que assolaram o Estado do Rio de Janeiro. Estas ocorrências talvez expliquem a pequena ressonância que teve entre nós o documento pontifício.

A presente reflexão sobre a Encíclica procura acompanhar o fio do discurso lógico que permite compreender a coerência interna das diversas partes do texto.

Na 1ª Parte, introdutória ao texto, destaca-se a concepção de João Paulo II sobre a Doutrina Social da Igreja. Ele a entende como uma "articulação entre continuidade e renovação ... por um lado, é constante, porque se mantém idêntica na sua inspiração de fundo, nos

seus princípios de reflexão, nos seus critérios de julgamento, nas suas basilares diretrizes de ação e, sobretudo, na sua ligação vital com o Evangelho do Senhor, por outro lado, é sempre nova, porque está sujeita a necessárias e oportunas adaptações, sugeridas pela mudança das condições históricas e pelo incessante fluir dos acontecimentos, que incidem no desenrolar da vida dos homens e das sociedades" (nº 3).

Na 2ª Parte, o Papa analisa a novidade da Encíclica Populorum Progressio, (P.P.) situando-a no processo de continuidade e renovação que preside à evolução da Doutrina Social da Igreja.

Não me detenho na análise desta parte, porque já tive ocasião de elaborar um estudo atento do sentido e do valor da Encíclica de Paulo VI.

Na 3ª Parte, o Papa faz um balanço das mudanças ocorridas desde a publicação da P.P. no campo social, em especial no que tange o problema do subdesenvolvimento.

Ponderando o que mudou para pior – aspectos negativos – e o que mudou para melhor – aspectos positivos – o balanço resulta num saldo infelizmente negativo. A situação social do mundo se deteriorou nas últimas duas décadas.

ASPECTOS NEGATIVOS

Entre os aspectos negativos assinalados pelo Papa, alguns tem dimensões mais abrangentes, outros descem a aspectos mais específicos.

O primeiro e grande aspecto negativo é o fato que "as esperanças de desenvolvimento... aparecem hoje muito longe da sua realização". (nº 12).

O sentido da PP. fora precisamente o de motivar a comunidade internacional para envidar todos os esforços afim de reduzir o hiato entre mundo desenvolvido e mundo subdesenvolvido. Na época, "reinava um certo otimismo difundido" quanto à possibilidade de promover os povos desfavorecidos, assistindo-os no processo de sua industrialização. Um desenvolvimentismo um tanto ingênuo imaginava que a industrialização resolveria os problemas do subdesenvolvimento e subestimava as dificuldades de todo processo de industrialização tardia.

Passados vinte anos, o hiato não se reduziu. Ao contrário, ampliou-se de tal modo o espectro das nações, que hoje, abaixo dos países do Terceiro Mundo, observamos países de um Quarto Mundo (nº 14), constituído de nações destituídas de qualquer possibilidade de se desenvolverem. Na realidade, hoje podemos ver que o termo "hiato" era ilusório e ambíguo, na medida em que podia dar a impressão de uma situação estacionária, porque: "na caminhada dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento verificou-se nestes anos uma diferente velocidade de aceleração, que contribuiu para aumentar as distâncias" (nº 14).

O segundo aspecto negativo abrangente se reporta à questão da dívida externa, que já fora objeto de um documento muito lúcido da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz: Ao serviço da comunidade humana; uma consideração ética da dívida internacional; 27 de dezembro de 1986.

O Papa Paulo VI, na ocasião da publicação da PP., jamais poderia prever as dimensões que o problema assumiria. Na verdade, os recursos emprestados ao Terceiro Mundo provinham de mercados financeiros inundados de petrodólares e que precisavam urgentemente ser investidos. O saldo desta operação, pervertida pelo aumento unilateral das taxas de juros, foi francamente negativo. É a conclusão da análise não emocional que a encíclica de João Paulo II faz do problema:

"A razão que levou os povos em vias de desenvolvimento a aceitarem a oferta de abundantes capitais disponíveis foi a esperança de os poderem empregar em atividades de desenvolvimento. Por conseguinte, a disponibilidade dos capitais e o fato de os aceitar a título de empréstimo podem considerar-se uma contribuição para o próprio desenvolvimento, o que é desejável e legítimo em si, embora talvez imprudente, e nalguns casos, precipitado.

Tendo mudado as circunstâncias, tanto nos países endividados como no mercado financeiro internacional, o instrumento escolhido para dar uma ajuda ao desenvolvimento transformou-se num mecanismo contra-producente. É isto, quer porque os países devedores, para satisfazerem os compromissos da dívida, se vêem obrigados a exportar os capitais que seriam necessários para aumentar ou ao menos manter o seu nível de vida, quer porque, pela mesma razão, eles não podem obter novos financiamentos igualmente indispensáveis. Por força deste mecanismo, o meio destinado ao desenvolvimento dos povos tornou-se um freio e, em certos casos, até mesmo uma acentuação do subdesenvolvimento".

O texto pontifício parece referir-se à dívida brasileira, tal a fidelidade com que retrata a situação de um país que já exportou mais de 50 bilhões de dólares, ainda deve mais de 100 bilhões e há muito não recebe nenhum novo aporte financeiro externo.

O terceiro aspecto negativo, que se agravou nas duas últimas décadas foi o armamentismo, em seus múltiplos aspectos. Temos notícias das recentes tentativas dos blocos hegemônicos de reduzir os arsenais nucleares. É um início que se pode considerar auspicioso. Tais iniciativas porém não podem fazer esquecer o fato de que nos últimos 20 anos o estoque nuclear e o comércio de armas aumentaram em proporções gigantescas. Hoje, temos condições de apreciar melhor a insensatez a que chegamos: os imensos e incalculáveis investimentos para a morte e a destruição num mundo tão necessitado de investimentos para a vida. A ilusão da segurança mundial pela busca permanente do equilíbrio de forças levou a uma situação na qual uma simples falha humana ou um erro de computador podem levar a conseqüências catastróficas. Por outro lado, hoje é impossível escamotear a hipocrisia da retórica em defesa da paz, num mundo dilacerado por guerras abastecidas por armamentos que constituem talvez o mais rentável comércio. A guerra fria gerou, o que o Papa chama "as guerras por procuração, mediante a instrumen-

talização de conflitos locais" (nº 20), que deu uma expansão e uma desenvoltura inéditas ao comércio de armas:

"Como é sabido, trata-se de um comércio sem fronteiras, capaz de transpor mesmo as barreiras dos blocos. Ele tem habilidade para superar a divisão entre o Oriente e o Ocidente e, sobretudo, a entre o Norte e o Sul, até se inserir, o que é mais grave, entre as diversas componentes da zona meridional do mundo. Assim, encontramo-nos diante de um fenômeno estranho: enquanto os auxílios econômicos e os planos de desenvolvimento se embatem contra o obstáculo de barreiras ideológicas insuperáveis e de barreiras de preços e de mercado, as armas, seja qual for a sua proveniência, circulam com uma liberdade quase absoluta nas várias partes do mundo. E ninguém ignora, ... que, em certos casos, os capitais emprestados pelo mundo do maior desenvolvimento serviram para adquirir armamentos no mundo não desenvolvido" (nº 24).

A estes aspectos negativos mais abrangentes somam-se outros mais específicos que demonstram a deterioração da situação social, nos últimos vinte anos.

O Papa se refere explicitamente ao problema da crise habitacional, neste Ano Internacional das pessoas sem teto, proclamado pela ONU; ao problema do desemprego crescente, por condicionantes diversas, tanto no Primeiro como no Terceiro mundo; ao problema dos milhares de refugiados; ao problema do "analfabetismo e da dificuldade ou impossibilidade de acesso aos níveis superiores de instrução, à incapacidade de participar na construção da própria Comunidade Nacional; às diversas formas de exploração e de opressão – econômicas, sociais, políticas e também religiosas – da pessoa humana e dos seus direitos; às discriminações de todos os tipos, especialmente aquela que é a mais odiosa, a fundada na diferença de raça" (nº 15).

O Papa dedica uma atenção especial ao problema demográfico (nº 25). A gravidade do problema demográfico reside na relação invertida entre recursos e fecundidade. Exatamente as regiões de recursos mais escassos, em especial no hemisfério Sul, são as que têm taxas de fecundidade "de molde a criar dificuldades ao desenvolvimento". Por outro lado, porém, nas regiões mais ricas, especialmente do hemisfério Norte, "o problema se apresenta em termos inversos: ... o que é preocupante é a queda do índice da natalidade, com repercussões no envelhecimento da população que se torna incapaz mesmo de se renovar biologicamente". O Papa condena com energia a "absoluta falta de respeito pela liberdade de decisão das pessoas interessadas, homens e mulheres, não raro submetidas a intoleráveis pressões, incluindo econômicas, a fim de cederem a esta forma nova de opressão."

ASPECTOS POSITIVOS

Uma visão realista dos últimos 20 anos, não pode desconhecer aspectos positivos, que não têm o relevo sombrio dos aspectos negativos, mas que podem

revelar a fonte de dinamismos novos capazes de reverter a situação, neste final de milênio.

Entre estes aspectos positivos, o Papa se refere, em primeiro lugar, a um fenômeno da maior importância: cresceu significativamente a consciência da dignidade humana, "a consciência, em muitíssimos homens e mulheres, da dignidade própria e da dignidade de cada ser humano" (nº 26).

Esta crescente consciência se exprime "na preocupação mais vivida por toda parte, com o respeito dos direitos humanos e na rejeição mais decidida das suas violações". É incontável o número de instituições e associações de âmbito local e regional e algumas de alcance mundial, empenhadas decididamente na defesa e na promoção dos direitos especialmente dos mais desprotegidos. Em escala mundial, o exemplo conspícuo é certamente a luta em defesa dos direitos da mulher; no caso do Brasil, assistimos o fortalecimento da consciência negra, o qual, se por um lado, pode e deve resgatar uma imensa injustiça social, por outro, não pode se inspirar numa espécie de racismo, à rebours, que viria introjetar no Brasil um novo problema de extrema gravidade.

Um segundo aspecto positivo destacado na encíclica é a consciência da interdependência dos povos. Num mundo dilacerado por conflitos, cresce a consciência de um destino comum da espécie humana (nº 26). Acordos recentes entre os grandes blocos hegemônicos, conquanto ainda limitados, podem constituir os primeiros gestos simbólicos de um processo de reversão da escalada armamentista para cuja gravidade o Papa já alertara nos aspectos negativos. Têm consistência atribuir estes gestos simbólicos à crescente consciência do destino comum da humanidade. Esta vê, com mais clareza que a paz "ou é algo de todos ou não é de ninguém. Uma paz que exige, cada vez mais, o respeito rigoroso da justiça e, por conseguinte, a distribuição equitativa dos frutos do verdadeiro desenvolvimento" (nº 26).

O terceiro aspecto positivo que se incrementou consideravelmente nos últimos 20 anos foi a preocupação ecológica. Uma nova consciência ecológica, se explicita e se define numa ética ecológica. Dois fatores contribuiram para este incremento. O primeiro é "uma maior consciência dos limites dos recursos disponíveis e da necessidade de respeitar a integridade e os ritmos da natureza" (ibid). O segundo fator é a percepção mais aguda de um processo da maior gravidade: a rapidez da deterioração da qualidade da vida vem adquirindo uma tal aceleração que, para revertê-la, especialmente nos grandes centros urbanos, seriam necessários investimentos colossais. Já é tempo de começar a pensar em novos protótipos da cidade do futuro. Graves problemas sociais de hoje são o efeito de medidas não tomadas ontem no sentido de preservação do meio ambiente e problemas sociais talvez insolúveis amanhã serão o resultado da irresponsabilidade com que hoje se agride a natureza. É conhecida a advertência: a natureza não se defende, ela se vinga e suas vingan-

ças são ameaçadoras.

Esses três aspectos positivos assinalados pela encíclica poderão, no médio e longo prazos, contrabalançar os aspectos negativos. No curto prazo, entretanto, estes últimos certamente justificam a avaliação pontifícia de um saldo negativo, cujas causas o Papa examina na seqüência de sua encíclica.

AS CAUSAS DA DETERIORAÇÃO

Nas partes seguintes, o Papa procura ir à causa profunda desta deterioração e apontar caminhos para superá-las.

A causa profunda foi à perda do sentido de um autêntico desenvolvimento (IVª Parte). Com isto, rompeu-se o elo de uma relação, sem a qual, para Paulo VI, era impossível enfrentar o problema do desenvolvimento: o desenvolvimento integral do homem é inseparável do desenvolvimento solidário da humanidade.

A deterioração releva assim de um ato da maior importância do qual a humanidade vem tomando uma consciência cada vez mais aguda: a ineficácia das soluções meramente técnicas. O problema é fundamentalmente um problema ético, tal como já enfatizara a P.P. (cf. nº 35). Infelizmente, no tempo da P.P. uma ingênua confiança nas soluções técnicas levou a se menosprezar a importância do fator ético. Hoje, João Paulo II, sem subestimar a utilidade das propostas técnicas, recoloca a ênfase no aspecto ético da questão. Ele se faz mesmo porta voz desta exigência ética e com maior chance de que sua voz seja ouvida, ante a enorme decepção da humanidade. Com todos os programas técnicos propostos pelas mais variadas instituições e organizações, o hiato entre as nações se ampliou desmesuradamente, fazendo aparecer um Quarto mundo dentro do Terceiro mundo.

A ineficácia das soluções técnicas é devida à existência de "mecanismos perversos" que transformam em vantagens maiores para os países desenvolvidos precisamente as medidas adotadas para promover os países subdesenvolvidos. Exemplos claros desta perversidade são: os empréstimos ao Terceiro mundo se tranformam numa dívida que transfere para o Primeiro mundo um fluxo de capital, fluxo que bloqueia o desenvolvimento do próprio Terceiro mundo.

Outro exemplo: a transferência da tecnologia permitiu a alguns países do Terceiro mundo (inclusive o Brasil), competir com produtos industrializados no mercado dos países desenvolvidos. Estes porém reagem com barreiras protecionistas que também bloqueiam o desenvolvimento do Terceiro mundo. O efeito global da força destes mecanismos perversos é reduzir de novo o Terceiro mundo a produtor de matérias primas e de produtos perecíveis (soja, suco de laranja, etc...) para o mercado mundial a preços fixados pelas grandes bolsas de mercadoria, das praças comerciais do Primeiro mundo.

O Papa não hesita em dizer que estes mecanismos perversos são verdadeiras "estruturas de pecado", neste sentido: são estruturas geradas pelo pecado, do egoísmo e da ganância, e que geram o pecado das condições de terrível miséria

crescente dos países pobres. (nº 36 – pgs. 70,71).

OS MEIOS DE SUPERAÇÃO

"A Igreja, em virtude do seu peculiar compromisso evangélico, sente-se chamada a estar ao lado das multidões pobres" (nº 39).

São louváveis os auxílios assistenciais e os esforços localizados para enfrentar a deterioração da pobreza em miséria crescentes. Entretanto, a opção e o amor preferencial pelos pobres só serão eficazes para erradicar esta miséria crescente se assumidos numa escala mundial. Nesta escala, são necessárias, por um imperativo ético, determinadas reformas que transformarão radicalmente as relações entre países ricos e países pobres. O Santo Padre explicita, entre estas reformas indispensáveis as mais importantes: a reforma do sistema internacional, a transferência de tecnologias e a reforma das organizações internacionais.

Entretanto, para o Santo Padre, os países necessitados devem desenvolver iniciativas próprias e não permanecer na mera expectativa da dependência externa (nº 44), inclusive iniciativas de solidariedade entre eles mesmos, como já começa a acontecer (nº 45). Eles mesmos deverão definir suas prioridades dentre as quais, o Papa, explicita, como extraordinária lucidez: a educação de base, a produção de alimentos e a implementação de formas de democracia participativa, para substituir regimes corruptos, ditatoriais ou autoritários" (nº 44).

A insistência na urgência de reformas como um imperativo ético pode parecer a nossas justas impaciências como mais um apelo a um reformismo moralizante de lentas e duvidosas conseqüências, como aconteceu com a P.P.. A questão é que Paulo VI enfatizando a exigência ética de um desenvolvimento solidário se antecipava a sua época. A humanidade estava euforicamente entusiasmada demais com as programações técnicas para dar importância aos imperativos éticos. João Paulo II intue que o ethos, o clima, a percepção da humanidade mudaram (nº 26). A situação hoje é de frustração ante as propostas meramente técnicas e de expectativa, de ânsia por um pouco mais de respeito à dignidade dos homens e dos povos. Neste contexto, o apelo em favor do desenvolvimento autêntico dos homens como indissociável do desenvolvimento solidário dos povos começa a ter uma imensa ressonância. A Sollicitudo Rei Socialis chegou na hora certa.

A proposta reformista da Encíclica se funda em uma "orientação moral", porque as únicas alternativas para o reformismo são as alternativas eticamente inaceitáveis do capitalismo liberal e do coletivismo marxista. Em nenhum ponto da Encíclica o Papa emprega o termo de socialismo. As razões de repúdio ético dos dois sistemas se fundam no fato de que a única proposta de ambos se reduz ao ter mais, ou seja, à satisfação indefinida de um consumismo insaciável: quanto mais se tem mais se deseja ter. Ora, a única justificativa ética do ter mais consiste na possibilidade de oferecer condições de ser mais e a ex-

periência revela, tanto para os homens quanto os povos, que não existe uma correlação direta entre ter mais e ser mais: muitos que têm muito perdem em dignidade humana. (nº 28)

O Santo Padre se refere a "uma nova maneira de enfrentar os problemas da miséria e do desenvolvimento, que faz da libertação a categoria fundamental e o primeiro princípio de ação" (nº 46). Observa que esta maneira de enfrentar o problema difundiu-se, após a publicação da P.P., em particular na América Latina. Entretanto, continua o Papa, "os desvios e os perigos de desvios, ligados a esta forma de reflexão e de elaboração teológica, foram oportunamente indicados pelo magistério eclesiástico". Reporta-se, em nota, aos documentos **Libertatis Nuntius** de 6 de agosto de 1984 e **Libertatis Conscientia**, de 22 de março de 1986. Dentro dos parâmetros destes documentos do Magistério, "a aspiração à libertação de toda forma de escravatura, relativa ao homem e à sociedade, é algo nobre e válido". Estes parâmetros definem que a libertação não pode ser conquistada exclusivamente através do desenvolvimento econômico, mas deve abranger também "as dimensões culturais, transcendentes e religiosas do homem e da sociedade". Nesta abrangência, "o processo do desenvolvimento e da libertação concretiza-se na prática da solidariedade". Libertação só pode ser integral, em todas as suas dimensões e desenvolvimento só pode ser solidário, entre indivíduos, classes e nações. Nesta perspectiva, "ante o panorama predominantemente negativo do momento atual, a Igreja sente-se no dever de afirmar com vigor: a possibilidade de superar os entraves que se interpõem, por excesso ou por defeito, ao desenvolvimento e a confiança numa verdadeira libertação" (nº 47).

Palestra proferida em 23/Junho/1988

OS 150 ANOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Arthur Cézar Ferreira Reis
Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

"A história, que desde os mais antigos tempos existiu, como criação humana, foi sendo registrada para não ignorar-se o que representavam aquelas forças humanas novas e decididas. Essa história, com a lição que dela decorria, isto é, o conjunto de episódios qe decididamente considerados mais necessários à explicação e à consolidação de sua existência é de importância capital".

Os povos, os mais variados, se vêm constituindo e organizando através dos tempos, sob as leis dos mais variados continentes, ora vivendo em paz, ou em conflito com os outros povos, pensando em ter em mãos um poder que os faça dominadores da espécie humana.

Nas Américas, onde portugueses, espanhóis, ingleses, holandeses e franceses criaram as colônias em que buscavam riquezas que os levasse a um poderio esplendoroso, no contacto com os povos, que os haviam precedido na ocupação e utilização do espaço com que estavam agora beneficiando e com a inferiorização dos grupos indígenas que os haviam precedido. Realizavam, assim, a fase que denominaríamos, do colonialismo, que ocorreu um tanto sem controle ou com o aproveitamento daquelas gentes primárias mas úteis.

Todo esse conjunto imenso de fatos, positivos ou negativos, precisou, porém, não apenas de ação cultural de suas populações, mas, também, de lição que o passado ensinou, aprenderam e passaram a utilizar.

A história, que desde os mais antigos

tempos existiu, como criação humana, foi sendo registrada para não ignorar-se o que representavam aquelas forças humanas novas e decididas. Essa história, com a lição que dela decorria, isto é, o conjunto de episódios que decididamente considerados mais necessários à explicação e à consolidação de sua existência, é de importância capital.

Quando o Brasil declarou sua independência, já havia uma série de trabalhos de natureza histórica que valiam como lição que não era possível ignorar mesmo porque valiam como explicação de suas raízes no tempo e sua presença permanente a ativa definitiva.

Esses livros foram escritos por missionários ou homens livres, de Portugal e mesmo já do Brasil, que se lançava à empresa da afirmação de sua existência, nos muitos aspectos regionais ou episódios que lhes vinham marcando o processo de seu desenvolvimento.

As associações literárias que se foram criando, como, para exemplificar a Academia dos Renascidos, não se voltaram com interesse ou maior preocupação, para o estudo do processo histórico, que a colônia de Portugal na Sul América outrora experimentou e revelou inclusive preciosidades que lhe enriqueceram o quadro humano.

Dois livros foram escritos nessa fase: uma pequena "História do Brasil", que permaneceu inédita até 1889, quando foi publicada nos Anais da Biblioteca Nacional, de autoria de Frei Vicente do Salvador; outra a "História da América Portuguesa", de Sebastião da Rocha Pita, publicada em Lisboa em 1730, mas sem maior repercussão no Brasil.

Na Europa, as sociedades culturais, voltadas para o estudo da história nacional de cada país, entravam em pleno funcionamento como é o caso do Instituto Histórico de Paris, com novidades externas.

Alcançando sua independência, como ocorreu o Brasil, necessitava de lições em história, para devidamente examinadas servir à grande lição de sua independência. Será necessária a fundamentação maior? Em 1825, face à problemática da economia nacional, o Brasil, agora potência soberana, procurava através de medidas severas assegurar estabilidade à produção nacional mobilizando, para o empreendimento, a força criadora de brasileiros que já se vinham definindo como capazes de grandes lances visando a autonomia e o progresso econômico do Império.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional que não fora suficiente para agradar seus fundadores, lembrou-se então da criação de uma sociedade que esclarecesse os fatos do passado.

A Sociedade não se restringiria; assim, à área econômica, razão maior, insistamos, de sua criação. Abrangeu também à área cultural, lançando suas vistas sobre o processo histórico do Império, que começava a viver a sua grande experiência de país soberano.

Vejamos como isso ocorreu.

"Em sessão do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, de 18 de agosto deste ano, leu o seu primeiro secretário, marechal Raymundo José da Cunha Mattos, uma proposta, por ele assinada e também pelo secretário adjunto o cône-

go Januário da Cunha Barbosa, para a criação de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, filial da Sociedade Auxiliadora, pedindo que se obtenha a necessária aprovação da assembléia geral da mesma sociedade. Depois de larga discussão, foi feita a proposta, que é a seguinte:

PROPOSTA

"Ilm^os Srs. do Conselho da Sociedade Auxiliadora Nacional

"Sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que em uma monarquia constitucional, onde o mérito e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior soma de luzes deve formar o maior grau de felicidade pública, são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que, versando sobre a história e a geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os brasileiros.

Por isso, os abaixo assinados, membros do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, conhecendo a falta de um Instituto Histórico e Geográfico nesta corte, que principalmente se ocupe em centralizar imensos documentos preciosos, ora espalhados pelas províncias, e que podem servir à história e geografia do império, tão difícil por falta de um tombo ou prontuário de que se possam aproveitar os nossos escritores, desejam e pedem a sua pronta instalação, debaixo dos auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e oferecem as seguintes bases para esta utilíssima associação, requerendo ao conselho administrativo que, se as achar convenientes, as adote para se apresentar à próxima assembléia geral da sociedade, a fim de serem definitivamente aprovadas,

BASES

1. Fundar-se-á, sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, um Instituto Histórico, que especialmente se ocupe da história e geografia do Brasil.

2. Os seus membros trabalharão na mesma casa em que ora trabalham os da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

3. O fim deste Instituto será, além dos que forem marcados pelos seus regulamentos, coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos interessantes à história do Brasil.

4. Constará de 25 sócios efetivos, residentes na corte, e de número ilimitado de honorários e correspondentes que residam aqui ou nas províncias, e que a assembléia houver de nomear por proposta da mesa.

5. Logo que 16 membros efetivos se reúnam, depois da aprovação desta proposta, se procederá por escrutínio secreto à nomeação de um presidente, dois secretários e um tesoureiro. Presidirá a este primeiro ato o presidente ou

vice-presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; e feita esta primeira nomeação, cessará de influir nos demais atos sociais.

6. Instalada assim a mesa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, proceder-se-á logo à escolha de três de seus membros, que organizem com a possível brevidade o regulamento de seus trabalhos acadêmicos: só depois de discutido ele e aprovado pelos membros do Instituto é que este prosseguirá nos demais atos regulares, devendo considerar-se como preparatórios outros quaisquer que antes disso se celebrem.

7. A Sociedade Auxiliadora, a cujo conhecimento se farão chegar estes trabalhos, marcará ao Instituto Histórico e Geográfico os dias em que possam celebrar as suas sessões na mesma sala em que ora trabalha, a fim de não embaraçarem uma à outra.

8. A Sociedade Auxiliadora, como mãe do Instituto Histórico e Geográfico, facilitará todos os meios a seu alcance de que possa precisar esta filha, que também da sua parte concorrerá com todas as suas faculdades para sua maior glória e prosperidade; ficando por isso em comum os arquivos e bibliotecas, tanto de uma como de outra sociedade.

9. O Instituto abrirá correspondência com o Instituto Histórico de Paris ao qual remeterá todos os documentos da sua instalação; e assim também com outros da mesma natureza em nações estrangeiras; e procurará ramificar-se nas províncias do Império, para melhor coligir os documentos necessários à história e geografia do Brasil.

São estas as principais bases que os dois abaixo assinados, Membros do Conselho Adminstrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e do Instituto Histórico de Paris, ambicionando patrioticamente a glória de uma tão útil quanto indispensável instituição nesta corte, oferecem à consideração deste ilustrado conselho administrativo, pedindo que as adote, e as faça chegar ao conhecimento da próxima assembléia geral, a fim de serem aprovadas e quanto antes instalado o proposto Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, do qual devem resultar honra e glória tanto para seus fundadores, como à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, de cujo seio emana.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1938 – O marechal Raymundo José da Cunha Mattos. – O conego Januário da Cunha Barbosa."

"Em sessão da assembléia geral da Sociedade Auxiliadora de 19 de agosto deste ano, o seu primeiro secretário declarou que o conselho administrativo havia aceito e aprovado a proposta para a instalação de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por ele assinada e pelo secretário adjunto. Fizeram-no algumas reflexões em favor, foi unanimemente aprovada a proposta em todas as suas bases, e louvados na data desta sessão, os seus proponentes – pela idéia da criação de um Instituto, do qual grandes vantagens se devem esperar em prol da pátria e para glória de seus membros.

Domingo, 21 de outubro, pelas onze horas da manhã, reunidos no salão e que a Sociedade Auxiliadora costuma

fazer suas sessões, 27 membros e convidados para o Instituto, teve lugar a sua instalação. Presidiu a este ato o presidente da mesma sociedade, marechal Francisco Cordeiro da Silva Torres, que abriu a sessão expondo o motivo dela; e depois de algumas observações, procedeu-se à eleição de um presidente e dois secretários que servissem interinamente nas sessões preparatórias até que se organizassem e aprovassem os estatutos. Foi eleito presidente o Exmº senador e conselheiro d'estado Visconde de S. Leopoldo; primeiro secretário o cônego Januário da Cunha Barboza; e segundo secretário o Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia.

Depois foram o presidente, o primeiro secretário interino e o marechal Cunha Mattos encarregados da organização dos estatutos.

No domingo 25 de novembro apresentaram-se os estatutos que depois de lidos e de algumas reflexões foram aprovados para regerem desde já, havendo somente de ser modificados quando a experiência mostrar alguns defeitos.

Procedeu-se logo à eleição dos sócios que devem formar o conselho do Instituto; e foram eleitos os Srs. Visconde de S. Leopoldo, presidente; marechal Cunha Mattos, vice-presidente e diretor da seção de geografia; conselheiro e presidente da Câmara dos Deputados Araújo Viana, vice-presidente e diretor da seção de história; cônego Cunha Barboza, primeiro secretário perpétuo e diretor da comissão de estatutos, redação da Revista, biblioteca e arquivo; Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia, segundo secretário; major Pedro d'Alcantara Bellegarde, orador do Instituto; José Lino de Moura, tesoureiro e diretor da comissão de fundos.

Foram também eleitos para as respectivas comissões os seguintes membros:

COMISSÃO DE HISTÓRIA

Os Srs.
Dr. Antonio Alves da Silva Pinto
Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia

COMISSÃO DE GEOGRAFIA

Os Srs.
José Silvestre Rebello
Coronel Conrado Jacob de Niemeyer

COMISSÃO DE FUNDOS

Os Srs.
Thomé Maria da Fonseca
Alexandre Maria de Mariz Sarmento

COMISSÃO DE REDAÇÃO DA REVISTA

Os Srs.
Dr. José Marcellino da Rocha Cabral
Antonio José de Paiva Guedes

Estatuído assim o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o seu primeiro secretário perpétuo leu então o discurso inaugural, que agora se publica; e determinou-se que fosse impresso, assim como também os estatutos, à custa da nova sociedade; consignando-se na ata louvores e agradecimentos aos dois autores da proposta do Instituto, os Srs. marechal Cunha Mattos e cônego Cunha Barboza." (1)

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que serviu de modelo aos Institutos Históricos que se foram fundando nas Províncias do Império hoje Estados da República com o

andar dos tempos e a grande lição que resultaria de criação do primeiro, hoje a completar 150 anos de fundação.

No cumprimento de suas finalidades, o Instituto atuou incessantemente na proposição de temas históricos, geográficos e antropológicos.

Seus sócios são eleitos devidamente de acordo com os títulos que os credenciam.

Na atualidade, o Instituto tem 153 sócios, distribuídos pelas nações do grande continente americano e Europa, beneméritos, grandes beneméritos, efetivos, correspondentes, nos Estados e no exterior. Por fim, há os honorários, em número de 32. Os efetivos somam 50; os correspondentes 199.

Promoveu o Instituto cursos de história, conferências, congressos, numa ação objetiva, que se verifica além da publicação da Revista, de Anais dos Congressos e livros sobre a temática histórica.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro completa a 21 do mês de outubro, 150 anos. É o mais antigo empreendimento cultural especializado na área da geografia e da história do continente americano.

(1) Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Tomo I - Rio 1939

Palestra proferida em 7/Julho/1988

O CPDOC E AS FONTES DA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Djacir Menezes
Ex-Reitor da U.F.R.J.

"Está ameaçado de morte, já a partir do próximo 1º de julho, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas..."
Jornal do Brasil, 16.06.88

Revelando especial intuição das realidades históricas, Capistrano de Abreu atraiu parte dos melhores historiadores nacionais para estudo dos primeiros séculos de nosso desenvolvimento. Ali estariam as causas explicativas de-nossa formação, que prepararia o futuro.

Acontece, porém, que a antropologia darwinista trouxe à baila uma tese de fundo metodológico: a de que o inferior não explica o superior; não é a anatomia do macaco que explica a do homem, mas a do homem que explica a do macaco. Nele estaria a chave do conhecimento dos seres que o precederam, porque nele se encontrariam mais desenvolvidos órgãos ainda embrionários em períodos inferiores de evolução. Na formação dos organismos sociais dava-se o mesmo: não se compreendeu plenamente o sentido do feudalismo senão após se expandirem as novas relações, e, portanto, as novas estruturas. Não é a parte que explicaria o todo, como ensinava o analitismo mecanicista responsável por tantas abstrações racionalistas. Pois é no complexo que reside o singelo, que a operação abstrativa des-

prende (1).

Tem razão, pois, a socióloga Celina Moreira Franco e o elenco constituído à sua volta, no CPDOC, hoje órgão autônomo da Fundação Getúlio Vargas, quando declarou no prefácio ao livro do Sr. Ludwig Lauerhass Junior, que não fora dedicada a mesma atenção às fases da história contemporânea brasileira. O ressentimento nostálgico de alguns monarquistas continuaria celebrando as virtudes de um parlamentarismo enjambrado e fictício.

Com a desaparição da Coroa, entretanto, a preocupação dos historiadores mudou de rumo lentamente. Alguns reconheceram que os ideais republicanos vinham de longe. Mais forte, porém, era a faina dos Institutos históricos: na Torre do Tombo dormiam as glórias luso-brasileiras.

1. PROGREDIR OU DESAPARECER?

Todavia – e sem astúcia marxista o digo – o industrialismo das nações mais avançadas ensaiava os primeiros avanços sobre os povos desamparados no misericordioso intuito de cristianisá-los e civilizá-los. Falta-me competência para prelecionar acerca dos episódios históricos que ilustram esses fatos. Prefiro certos lampejos do pensamento alheio. Por exemplo, este, de Euclides da Cunha, traçando a geodésica no Acre, assombrado com aquela "página incompleta do Gênesis", profetisava a alternativa trágica para o Brasil ante os imperialismos juvenis: **Progredir ou desaparecer.** A chicotada valeu. Foi mais ou menos por estas alturas que se positivou o interesse de cuidar das superestruturas necessárias ao trabalho dos historiadores, – a saber, a instituição dos dispositivos arquivísticos e documentais, as hemerotecas, os cursos de disciplinas científicas ancilares nas Universidades, as gravações e filmagens especializadas, e uma educação vigilante dos problemas internacionais.

Houve concentração crescente da pesquisa histórica em problemas da atualidade. Então ressaltou mais vivamente a cobiça do colonialismo, alertando-nos ao exame científico polarizado fortemente para campo das relações internacionais. Como já advertia Washington, com o apoio de Eduardo Prado na **Ilusão Americana**, não há amizade entre nações. Na alça de mira filosófica, qual a interrogação indeclinável que deve enfrentar o estudioso? Antes de equacionar o problema, troquemos por miúdo algumas idéias propedêuticas.

Os chamados **fatos históricos** não apenas **fatos, mas acontecimentos.** Qual a conotação diferenciativa? Para ser di-

(1) Ignoro se antes de **Zur Kritik der Nationalökonomie – Ökonomische Philosophische Manuscripte,** (1844), de Karl Marx, outro pensador examinou com claridade esse ponto fundamental de metodologia nas ciências sociais. Apêndice à edição francesa da **Contribution à Economie Politique,** de J. Molitor, 1954, p. 295. O ponto é discutido nos **Oekonomisch-philosophische Manuskripte,** de 1844. Cf. **Frühe Schriften,** Erster Band, Cotta-Verlag, Stuttgart, 1962, p. 602, e no **Grundrisse der Kritik der politischen Oekonomie** (1857-1858) – Dietz Verlag, Berlim, 1953, ps. 22, **passim.**

dático, esclarecerei com uma imagem, que exprime bem toda uma concepção. Poderão me arguir de sua inexperienciabilidade. Não importa: estão na esfera da lógica e de suas conseqüências vitais. Se apagássemos, nos conflitos humanos, a atmosfera luminosa das idéias, a historicidade das lutas desapareceria: estaríamos diante de um painel de lutas zoológicas. As idéias é que **qualificam** o drama no nível humano. A luminescência das idéias é que distingue o **fato natural** do **acontecer humano.** Porque lhe insinua a dimensão cognitiva, preliminando a notação teleológica da racionalidade. Este descrime somente se capta com a distinção entre o enunciado que afirma o que **há**, e o enunciado que afirma o que **é**. Hesito em dizer que há duas óticas: a ótica do real físico e a ótica do real histórico. Mas há.

O problema das fontes, especulativamente, suscita várias outras interrogações que deixo **ad latere.** Convido-vos a generalizar: a fonte do **suceder humano** consiste na **pervivência da ação humana nos documentos apreciados.** Não foi pela vaidade do latinório que o Barão de Studart após este lema na Revista do Instituto: **dedimus profecto grande patientiae documentum.** Trata-se de uma realidade que ganhou dimensão política, desvendando o horizonte das formas e valores da sociabilidade, objetivando-se no fluxo axiológiforme da vida.

O processo de **Objetivisação,** segundo ensinamento de sociologia moderna, resultou no vínculo matricial do **trabalho,** que educou a "visibilidade cognitiva" e suscitou os primeiros arquétipos das intuições primíparas da Ciência. Por isso, na pauta desse raciocínio, ponho de lado o **cógito ergo sum** do idealismo cartesiano e ouso formular novo aforismo: **cógito quia laboro.**

O pensar, legitimando, o agir – legitima-se. Quão longe estamos de incentivo mistagógico diluído na fantasia religiosa!

2. COGITO QUIA LABORO

A análise epistemológica mostrou que a Ciência não interpreta nem reflete diretamente o Real a modo de espelho: ela se desenvolve, teoricamente, em dado momento, nos diferentes transes do labor do cientista atento à deveniência do Real. **A maneira de ver** condiciona o **visto** em esquemas lógicos, que se validam ao longo da praxis e da triagem histórica. Não se trata de mera sistematização interpretativa da realidade objetiva, porque implica o estilo cooperativo do viver a realidade interpretanda. O acicate por excelência é a "curiosidade", que Peirce denominava **gnostic Instinct.** A descoberta científica é a "gratificação da curiosidade" – manifestação biológica originária do pré-humano, que os diversos normativismos culturais disciplinam, aprimorando o **insight** teleológico que anima a intuição criadora do sábio.

Levado pelo gosto especulativo, talvez tenha extendido demasiado certos aspectos marginais do tema. Aliás, o progresso da técnica de captação mediante o registro visual ou auditivo, da presença humana na paisagem social onde se configura a ação política, veio

emprestar a arquivística moderna recurso expressivo para a análise e compreensão da **história.** Fujo prudentemente desse aspecto do problema, que me parece difícil. E valho-me do ensejo para dizer que a história torna-se cada vez mais a **consciencialisação dos problemas humanos. Noutros termos, sociologiza-se.**

3. RAZÕES DO PARLAMENTARISMO

Talvez seja oportuno fazer a pergunta que sempre me pareceu o prelúdio inevitável dos estudos históricos: **que é matéria histórica?** Não encontrando uma definição precisa, acabei formulando resposta a meu modo: ação humana mediante os métodos sociais (**cultura**) no desígnio de finalidades coletivas, que reflitam os níveis do desenvolvimento histórico. A progressiva conscientização desses fins requer cada vez mais a organização científica de estruturas politicamente polivalentes. É nessa área do interesse público que se deparam as razões de órgãos superestruturais da natureza do CPDOC.

Atualmente, na perspectiva de meio século, os patamares da grande instituição que é a Fundação Getúlio Vargas, expandem-se nas realizações conhecidas e nos serviços prestados. Por um processo espontâneo, digamos em termos biológicos, de "cissiparidade", este órgão, que nasceu no INDIPO, foi em boa hora confiado à jovem socióloga professora Celina Moreira Franco, que habilmente congregou à volta de si um grupo seleto de valores. Desde o primeiro instante, apoiou-a o espírito emérito de Themístocles Brandão Cavalcanti, então presidente do INDIPO, jurista notável ao qual se deve a criação e desenvolvimento do Instituto de Ciência Política, dedicando-lhe o melhor de sua capacidade e ilustração. Sucedido por Afonso Arinos de Melo Franco, cujo límpido perfil de constitucionalista se destaca ainda mais nessa hora de múltiplos caminhos para as incertezas do futuro, não sofreu descontinuidade o ritmo assegurado de confiança laboriosa.

Não devo deixar em silêncio o último trabalho vindo a lume, em edição especial do Senado, sob orientação do Ministro Afonso Arinos, o livro **Razões do Parlamentarismo.** Compõe-se de cinco estudos da equipe indipiana que me praz destacar neste instante: Ana Lúcia de Lyra Tavares, Lídice Aparecida Pontes Maduro, Carmen Valéria Soares Muniz, Cornélio Octávio Pinheiro Pimenta e Ney Roberto da Silva Oliveira.

Reconheço o valor do trabalho, mas não reconheço as razões do parlamentarismo – é o que lealmente declaro, coerente com apreciações já ouvidas nesta sala por meus ilustres colegas. Se, porventura, vivesse no tempo de Floriano, seria florianista. Adianto com a habitual imprudência: sempre tive simpatia pelo gesto de Euclides da Cunha arremessando o espadim de cadete aos pés do Ministro de Estado na visita à Escola Militar. Faço este parêntese para que não se vislumbre na referência de há pouco, qualquer laivo manhoso de contrariar nítida convicção presidencialista ainda embasbacada para a estatura

moral de um Benjamin Constant e de seus alunos positivistas de 1889.

4.

Pois não é que, em meio a impressionante ressaca democrática, onde voejam algumas idéias que enfeitam programas eleitorais e velhos tigres vegetarianos do liberalismo nos advertem preocupados com nosso regime dietético, que o regime presidencialista é ditadura disfarçada; e quem porventura considere o Executivo forte como condição da verdadeira democracia, é apenas um fascista em estado larvar, a espera de melhores dias para atraiçoar as franquias tão bem talhadas pelo gênio de Rui alumbrado com as instituições britânicas, levando na cauda de seu apostolado o côro da "pobre Beócia constitucionalisada"?

Uma lição já se descortina no afanoso labor que produzirá a normalização de vida democrática. É verdade que a história se escreve certo por linhas tortas, que, nos tempos de mais virilidade teológica, era a caligrafia usada pela Providência. São questões transcendentais que me assustam. O de que se trata nestas reflexões cifra-se, simploriamente, ao córte de verbas destinadas a saber como pensaram e agiram no Brasil os líderes da consciência contemporânea a fim de restaurar a crença na auto-determinação nacional. Diante do "salve-se quem puder!", não se compreenderiam operações que mutilam esperanças vitais concentradas em órgãos de expressiva significação política, social e patriótica.

A quem, entretanto, decidiu Getúlio Vargas atribuir a responsabilidade da Fundação que tem seu nome? A Luiz Simões Lopes – esse gaúcho tranqüilo, probo e retilíneo, que hoje, tantos anos passados, na plenitude do dever cumprido, contempla a obra com a serenidade que radia na fronte dos homens de bem.

5. VOZES DE ADMONIÇÃO E DE ESPERANÇA

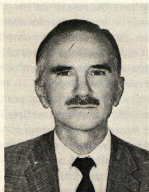
Perdão, senhores, pela omissão de tantos nomes ilustres que participaram, em diferentes fases da Fundação, que é a mais significativa projeção do espírito da Revolução de 30. Enriquecido seu patrimônio com os arquivos de Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Jurací Magalhães, José Américo, João Neves da Fontoura, e tantos outros líders do grande movimento nacional e nacionalista, gisou-se a divisória das duas vertentes de nossa História.

Podemos dizer, pois, que as vozes da Justiça social e das gerações comprometidas não emudeceram e se perpetuarão em discos, em imagens, em palavras admonitórias que hão de quebrar a resistência dos privilégios insensíveis à sorte dos explorados. Vozes que sairão dos CPDOCS das universidades do Brasil inteiro e chegarão às oiças do porvir. Ouvi-las-ão gerações distantes, mas não hesitantes. E tudo isso será fruto da ciência e do trabalho engrandecidos pelas legítimas aspirações da fraternidade que ditará a pedagogia da convivência brasileira. Diante desse so-

nho, sou o primeiro a aplaudir-me pelo que acabo de dizer-vos. A modéstia do octogenário foi nimiamente gratificada pela atenção que generosamente me dispensastes – e que, insolentemente, julgo que a mereci. Obrigado.

Palestra proferida em 14/Julho/1988

JUSTIÇA E EFICIÊNCIA

José Osvaldo de Meira Penna
Embaixador e Professor

"... Cada firma deve ajustar, em proveito de seus empregados, os índices de salários que paga às forças da oferta e da demanda no mercado livre."

Vamos orientar nossa discussão quanto ao relacionamento entre Justiça e Eficiência pela obra monumental "Uma Teoria da Justiça" de John Rawls, publicada em tradução portuguesa de Vamireh Chacon, pela Editora da Universidade de Brasília. Enfrentemos o árduo problema da dialética da Justiça e da Eficiência, sempre tendo Rawls em mente.

O filósofo de Harvard observa que John Stuart Mill já notara, no caso dos salários dos operários na Inglaterra do século XIX, a contradição entre o preceito "a cada um de acordo com seus esforços" e o preceito "a cada um de acordo com sua contribuição". Um trabalhador nordestino trabalhará como um burro, durante um ano, cortando cana de açúcar. Ele receberá por seus esforços a mesma remuneração obtida em meia hora por um cantor popular que contribuiu, com sua voz e talento, para o prazer de milhares de ouvintes. Não seria fácil fixar a equitativa distribuição de remuneração nos dois casos. O socialismo tampouco resolve a equação: vamos notar contrastes de salário

do mesmo nível entre, digamos, um pastor da Kirghizia e uma estrela do ballet Bolchoi; ou entre o hóspede de um Gulag, na Sibéria, e um membro do Politbureau, hospedado no Kremlim, em Moscou.

Em sua "Crítica do Programa de Gotha", propunha Marx, como preceito de Justiça na sociedade ideal comunista que deveria suceder a sociedade socialista meramente transitória, a regra "de cada um de acôrdo com sua capacidade, a cada um de acôrdo com sua necessidade". O que Marx, evidentemente, não se dignou esclarecer do alto de seu arrogante profetismo, é qual o critério concreto de avaliação da "capacidade" de cada um e o critério que determina a "necessidade" do mais pobre. Será um aparelho de televisão uma necessidade? Encontramos tal aparelho em muita casa de favela que não dispõe, entretanto, de privada e água corrente. Eu, por mim, acho mais necessário dispor de papel higiênico, num W.C. limpo, do que de um aparelho de T.V.

Rawls discute o problema dos preceitos de Justiça, no que diz respeito a salário justo, numa economia perfeitamente competitiva. Cada firma deve ajustar, em proveito de seus empregados, os índices dos salários que paga às forças da oferta e da demanda no mercado livre. Numa economia de mercado é óbvio que o critério que preside ao nível de salário obedece a considerações de eficiência, treinamento, experiência, habilidade e operosidade que são sempre relativas do ponto de vista do Princípio da Justiça. A economia de mercado, isto é, a economia capitalista livre possui um critério absolutamente empírico para determinar o salário justo. É o critério da oferta e da demanda. A não ser que como aquele deputado brasileiro se queira, juntamente com a Lei da Gravidade, também revogar a Lei da Oferta e da Procura, o Princípio da Justiça atinente à questão dos salários tem que se submeter aos inflexíveis determinísmos econômicos – e a utopia marxista que pretende transcender esses determinismos pela supressão da propriedade privada e a socialização dos meios de produção só pode ter como conseqüência final a extensão universal do Gulag. **Suprimez la nature**, dizem os franceses, **elle revient au galop...**

Quando é grande a demanda por profissionais qualificados, como no Brasil, os salários sobem rápida e progressivamente, podendo alcançar, nos níveis mais altos dos marajás da tecnoburocracia, cifras monumentais. Os contrastes de renda são resultantes de uma oferta excessiva de indivíduos não qualificados que, anualmente, se apresentam ao mercado de trabalho. A solução evidente não é estatizar a economia, redistribuindo artificialmente a renda, mas qualificar pela educação os analfabetos. Nas economias socialistas, os critérios de fixação de salários são artificiais e arbitrários: são aliás os próprios burocratas, dirigentes centrais da economia ao mesmo tempo do que monopolizadores do poder público, aqueles que irão determinar o montante relativo de seus próprios salários, assim como os de toda a população de obreiros, qualificados ou não.

Rawls argumenta que, quando a es-

trutura básica de uma sociedade proporciona uma igualdade de oportunidade conveniente e desejável do ponto de vista dos Princípios de Justiça, a diferença relativa entre as rendas mais altas e as mais baixas tenderá a reduzir-se. Havendo melhor educação, treinamento, aperfeiçoamento e preparo profissional, e menos entraves ao talento natural, haverá maior número de pessoas competentes competindo no mercado de trabalho, reduzindo-se portanto os contrastes de remuneração. A concorrência mais livre e mais áspera é que obtem esse resultado. A maior produtividade e maior equilíbrio social dos países de economia democrática avançada, em relação aos países marxistas, se explica de maneira tão simples. Disso se pode deduzir que, quanto maiores forem as facilidades educativas em termos de igualdade de oportunidade com ausência de preconceitos sociais – que permita o livre desabrochar dos talentos – maior será a competitividade numa sociedade perfeitamente livre e competitiva, e mais facilmente serão cumpridos os princípios de justiça. Rawls alega que os preceitos por ele apresentados seriam válidos tanto numa economia de propriedade privada quanto numa economia socialista, mas não explica como se possa impedir, neste último caso, a arbitrariedade e a opressão estatal resultante da centralização artificial da economia, sob direção política.

* * *

Enfrentemos agora mais diretamente o problema da discrepância entre o Princípio de Justiça e o Princípio de Eficiência.

A obra de Rawls levanta uma série de questões que certamente continuarão por muitos anos a serem discutidos. Professor e filosofia em Harvard, Rawls parte, para a sua digressão, da teoria abstrata do Contrato Social na velha tradição do pensamento anglo-saxônico. Combate, entretanto, o Utilitarismo e a "psicologia empírica", essas outras correntes inglesas – a elas preferindo submeter-se à noção puramente intuitiva do Imperativo Categórico kantiano. O Princípio de Justiça, afirma ele, é intuitivo. Constitui um imperativo ético abstrato a priori, fixado no Contrato Social. Ao enunciar então as prioridades na aplicação dos princípios de Justiça afirma Rawls, em primeiro lugar, a prioridade do sistema de liberdade e, em segundo lugar, a prioridade da Justiça sobre a Eficiência e o Bem-Estar. Um corolário é que uma excessiva taxa de poupança, tal como ocorreu com os elevados investimentos necessitados pelo acelerado desenvolvimento no período de boom industrial (1958 a 1979), deve, ao levar todos os fatores em consideração, mitigar o fardo daqueles que mais aguentam esse encargo. Eis sua concepção geral: "Todos os bens sociais primários – liberdade e oportunidade, renda, riqueza e as bases do respeito próprio – têm de ser distribuídos igualmente, a menos que uma desigual distribuição de qualquer desses bens seja a favor do menos privilegiado".

Sem pretender de maneira alguma contestar essa austera posição, que corresponde aliás às profundas convic-

ções cristãs, num nível transcendente, desejo tecer alguns comentários críticos à argumentação de Rawls quando, no capítulo 12 de sua obra, procura fundamentar a **prioridade** do Princípio de Justiça sobre o Princípio de Eficiência. O motivo de minha dedicação ao problema, que considero central, deve ser explicado. Creio com efeito que grande parte do debate que se desenvolve no atual momento político brasileiro, inclusive na Constituinte, gira em torno da seguinte questão: deve o Desenvolvimento ser conduzido tendo, prioritariamente, em vista o Princípio de Justiça ou, pelo contrário, o Princípio de Eficiência? Como conciliá-los? A questão não é assim tão simples quanto de início possa parecer. É evidente que os círculos da Igreja, principalmente os chamados "progressistas", bem como os críticos dos alegados defeitos do "modelo econômico" em vigor e, de um modo geral, o grosso da opinião pública não hesitarão em proclamar bem alto a prioridade da Justiça sobre a Eficiência. Todos, porém, também querem o Desenvolvimento, pois ambicionam alcançar seu próprio bem-estar egoísta. Ora, sem uma eficiente política desenvolvimentista não se poderá alcançar o propósito geral de bem-estar, sendo infelizmente inevitável que na marcha-batida para a frente ocorram episódios injustos.

O critério de Justiça levanta tais dilemas bastante pertinentes. Asseverou-se, certa vez, baseado em sábios requisitos econômicos, que é preciso cozinhar o bolo, antes de reparti-lo. Não adianta querer redistribuir a renda nacional antes que se torne suficientemente grande para que seja disponível. O argumento implica que o povo tem que fazer sacrifícios apertando o cinto no princípio do processo de desenvolvimento, de maneira a proporcionar um nível suficientemente alto de poupança coletiva para atingir a velocidade compatível com o **take off** econômico. Entretanto, também está implícito que, no processo, há fatalmente que chegar o momento em que os benefícios decorrentes do sacrifício realizado devam ser distribuídos mais equitativamente, em proveito da própria eficiência econômica do sistema. É a famosa alternativa: acumular o bolo ou dividí-lo? Quando dividí-lo ou quando deixá-lo crescer? Qual o montante mínimo da poupança nacional? Não há critério possível de Justiça que possa determinar o momento adequado de reduzir a poupança, desacelerar o Desenvolvimento e começar a dele retirar os proveitos imediatos de uma melhor distribuição. Não há critério de Justiça que possa determinar o **quantum** de sacrifício que é lícito exigir da geração atual, em têrmos de poupança, tendo em vista os proveitos das gerações futuras. O critério será sempre subjetivo. A redistribuição só poderá ser imposta politicamente. O tema se reduz à problemática das gerações: toda geração de um modo ou de outro se sacrifica em favor da futura, no mesmo sentido que todos os pais se sacrificam em benefício de seus filhos. Infelizmente, receio que os princípios de Justiça de Rawls não me ofereçam critérios, suficientemente claros e precisos, para julgar até que ponto justo é o sa-

crifício e justa sua distribuição relativa.

O problema dos meios e dos fins é um dos mais intratáveis da filosofia política. Reconhecemos, por exemplo, que o ideal de uma sociedade absolutamente justa e igualitária, como nos propõem o socialismo, é um ideal respeitável. Mas a perversidade dos comunistas nos é precisamente demonstrada pelo fato de que, para alcançar seus fins hipoteticamente justos, recorreram aos meios mais injustos que registra a história.

Os "valores" eram para Marx mera mistificação burguesa. Constituiam expressões do que denunciava como "formalismo democrático". No texto constitutivo da Internacional de 1864, Marx escreveu: "Impuzeram-me introduzir no preâmbulo duas frases sobre os deveres e os direitos, a Verdade, a Moral e a Justiça: mas os coloquei de tal maneira que não possam fazer mal a ninguém...". Engels, vinte anos depois, iria acentuar que "Marx protestaria contra o ideal político, social e econômico que lhe atribuía: quando se é cientista, não se tem ideal... O marxismo não é uma ética... nunca se deve ceder à indignação moral". Como comenta Jacques Ellul, "o marxismo implica, sob o plano intelectual, uma atitude puramente objetiva e, sob o plano moral, um cinismo integral".

A questão moral que então se destaca – caso admitamos o princípio do sacrifício necessário da geração atual em benefício das gerações futuras – é a de decidir politicamente qual a dose a ser usada; qual a velocidade com que se pretende desenvolver a economia; qual o máximo de poupança que se quer forçar o povo a engolir, por processos que exigem um certo grau de constrangimento. Admitindo a Justiça do sacrifício requerido, em âmbito nacional, resta estabelecer o nível de restrição forçada necessária à distribuição de poupança entre as diversas classes sociais: o arrocho salarial, a imposição progressiva sobre a renda, a estatização dos meios de produção, a remuneração relativa da hierarquia burocrática civil e militar, a inflação, etc. Configura o Pacto Social e sabemos que a solução desses problemas políticos não é fácil. È essencialmente de natureza técnica e conjuntural. Não é só de natureza ética.

No Brasil ainda existe um terceiro fator complicador: o regional. Qual a região – o Sudeste próspero ou o Nordeste atrasado – que deve ser sacrificada em benefício do desenvolvimento geral mais rápido da nação? Uns acham justo que o esforço nacional se concentre na área mais dinâmica do país, com a intenção de que o efeito da expansão industrial se estenda progressivamente, a partir dessa base de prosperidade, sobre todo o território nacional. Outros, ao contrário, reivindicam maiores incentivos fiscais e maiores investimentos públicos na área da Sudene, com o intuito de sobrepujar os desequilíbrios existentes, harmonizando o desenvolvimento geral. Considerações técnicas servem para condimentar as discussões em têrmos de Justiça e interesses.

* * *

Ao levantar essas escolhas cruéis não

pretendo de modo algum afirmar que o sistema social em vigor tenha optado pela optimização da eficiência na rápida industrialização, sem levar na devida consideração os imperativos de Justiça. Nem tampouco quero avançar que o socialismo, particularmente o da Esquerdigreja, reclama em nome da Justiça um modêlo utópico o qual, se por hipótese realizado, comprometeria irremediavelmente o próprio ímpeto da expansão industrial. Desejo apenas acentuar que o dilema Eficiência X Justiça é muito pertinente à orientação consciente que deve tomar a sociedade brasileira no que diz respeito aos caminhos do Desenvolvimento, diante das tensões sociais e políticas provocadoras de injustiças que se acumulam, irremediavelmente, durante o processo de Revolução industrial. O cerne da questão é o seguinte: se a Justiça é um princípio abstrato, a priori, de origem intuitiva, a eficiência é um princípio concreto, de origem prática, racional e exigível fundamentalmente de todo governo. Cria-se nessas condições um tensão inexorável entre as duas demandas – a de Justiça e a de Eficiência. A difícil missão dos governantes, sempre conscientes da incompatibildade entre ambos, consiste em procurar realizar, com a melhor performance possível, os propósitos gerais de desenvolvimento, a custa do menor grau de injustiças evitáveis.

É a partir de tais considerações que continuarei a desenvolver minha tese.

O princípio de Eficiência, que Rawls aceita tal qual formulado por Vilfredo Pareto, sustenta, concretamente, que uma configuração é eficiente quando se torna impossível melhorar as condições de vida de algumas pessoas, sem ao mesmo tempo provocar prejuízos a outros. Repito, na tradução de Chacon: "Uma distribuição de um montante de bens entre certos indivíduos será eficiente quando não se puder fazer uma redistribuição desses bens, sem que a melhora de pelo menos um desses indivíduos venha a provocar prejuízo a alguém" (opus cit. pg. 72).

Abordando por outro ângulo o mesmo problema do Desenvolvimento do ponto de vista de Princípio de Justiça, notemos que Rawls detem-se, à altura do capítulo 46, numa questão econômica bastante semelhante à que nos preocupa em nossa situação brasileira. Ele começa citando Lord Keynes. Keynes afirmara (**The Economic Consequences of Peace**, 1919) que as imensas acumulações de capital, antes da Primeira Guerra Mundial, nunca poderiam haver ocorrido numa sociedade na qual fosse a riqueza igualmente dividida. Rawls observa: "Muitos pretendem que as desigualdades na riqueza e na autoridade, violando o segundo princípio de Justiça, se podem justificar, se forem consideráveis os subseqüentes benefícios econômicos e sociais". Há circunstâncias em que, efetivamente, parecemos aceitar tais desigualdades assim como taxas excessivas de acumulação em favor de um projeto dedicado às gerações futuras.

Keynes afirmava ainda que a sociedade do século XIX estava ajustada de maneira a colocar a renda incrementada nas mãos dos menos prováveis de consumí-la. Os ricos empresários costuma-

vam ser ascetas (o que recorda a **Innerweltliche Askaese** de Weber). Ao gozo hedonístico do consumo conspícuo imediato, preferiam o poder crescente concedido pelo re-investimento. É isso, na opinião de Keynes, o que forneceu a principal justificativa ao sistema capitalista na época de sua maior expansão. Se o novo rico tivesse gasto imediatamente sua nova riqueza consigo mesmo, tal regime teria sido rejeitado como iníquo e intolerável. Podemos aqui lembrar a distinção que a propósito faz Toynbee entre Minorias Criadoras que, por seu comportamento, despertam uma reação mimética positiva na massa, nos momentos de maior vitalidade das sociedades, e as Minorias Dominantes que não mais se justificam, nos momentos de decadência, recorrendo então à violência para conservar o poder. Só em circunstâncias especiais, incluindo a frugalidade da classe capitalista da América do Norte, Inglaterra e Alemanha do século XIX Vitoriano e Bismarkiano, quando oposta à indulgência consigo própria da luxuriosa aristocracia hereditária patrimonialista e tradicional, nos países meridionais, poderia uma sociedade obter poupança de investimento para aquinhoar os ricos empresários industriais. Eis o que comenta Rawls: "Embora essas circunstâncias pareçam ásperas, Keynes presumivelmente sustentava que, conquanto houvesse muitas injustiças inadmissíveis no sistema, não havia possibilidade real que pudessem ser removidas, de modo a tornar melhores as condições dos menos favorecidos. Sob outros ajustes, a posição dos trabalhadores teria sido ainda pior. Não precisamos considerar se tais afirmações são verdadeiras. Basta notar que, ao contrário do que se poderia pensar, Keynes não pretende que as agruras do pobre são justificadas pelo maior bem-estar das gerações futuras. E isso está de acordo com a prioridade da justiça sobre a eficiência" – conclui Rawls, que acrescenta: "Onde quer que as restrições da justiça, em assuntos de poupança, sejam infringidas, deve ficar demonstrado que as circunstâncias são tais que as não violar conduziria a um prejuízo ainda maior para aqueles sobre os quais recai a injustiça".

Essa conclusão do filósofo americano é muito importante porque poderia servir como comentário geral à política de desenvolvimento que, bem ou mal, foi seguida pelos governos que se sucederam no Brasil, inclusive o de Juscelino Kubitschek, a partir de 1956 (com as interrupções conjunturais de 1962-67, 1979-84): todos eles argumentaram que os sacrifícios a que era submetido o povo se podiam justificar pela necessidade de acumulação de capital, tendo em vista o bem maior da coletividade nascitura, num Brasil que se quer um dia poderoso, desenvolvido, democrático e justo. Num Brasil que, no dizer do Embaixador Araújo Castro, "está condenado à grandeza"...

Podemos discutir os métodos. Podemos criticar a famosa fórmula, atribuída ao Ministro Delfim Neto, de cozinhar o bolo antes de distribuí-lo. Podemos acentuar que o sistema de desenvolvimento inflacionário por nós adotado provoca uma repartição iníqua dos sacrifícios e podemos ainda argu-

mentar que, no recurso maciço à poupança externa de que resultou a grande crise financeira onde mergulhamos, está contraditoriamente implícito um sacrifício da geração futura (que terá de pagar a dívida) em proveito da atual (que contraiu os empréstimos). Mas, de qualquer forma, o problema aqui levantado possui certa relevância.

Uma antiga fábula ilustra a questão. Dois pássaros carregavam seus filhotinhos nas costas através de um rio muito largo. A mãe perguntou ao primeiro passarinho como pretendia ele retribuir os pais pelo esforço despendido em seu benefício. O passarinho respondeu, tolamente, que para lhes pagar a dívida, quando crescesse ajudaria os pais. Os pais, nesse instante, o deixaram cair nágua onde se perdeu. A mesma pergunta foi dirigida ao segundo passarinho. Este respondeu corretamente que, quando crescesse, trataria seus próprios filhotes da maneira como fôra tratado pelos pais. Os pássaros grandes gostaram da resposta e levaram cuidadosamente o filhote até a outra margem do rio. Moral da história: o princípio de Justiça requer que dentro dos próprios limites políticos da justiça, uma geração carregue em benefício da seguinte o patrimônio de favores que recebeu de suas antecessoras. E não o desbarate levianamente.

* * *

O argumento de Rawls em sua Teoria da Justiça é algo complexo e especioso. Mas a conclusão é clara. Ele visa a demonstrar o que sabíamos desde o início, isto é, que o princípio de Eficiência não pode servir por si só como uma concepção de Justiça. Deve ser suplementado de outro modo. Ao discutir prioridades no capítulo 46, Rawls aborda com perspicácia uma questão que se aplica perfeitamente às dúvidas e dilemas que nos assaltam como observadores engajados, em nossa presente conjuntura histórica.

Sabemos pelo estudo sereno da história que os períodos de maior expansão, de progresso, de conquistas, de avanços admiráveis nas áreas política, econômica, social, científica e artística, têm quase que invariavelmente sido acompanhados de grande violência, de opressão, exploração dos humildes e injustiças generalizadas. Durante os primórdios da Revolução industrial na Inglaterra, que coincidiu com o apogeu da civilização inglesa e do império britânico – é sabido que, nas minas de carvão, crianças e mulheres trabalhavam em condições que hoje nos parecem escandalosas. Os camponeses, subitamente reduzidos à condição de proletários nas manufaturas nascentes, passaram por um estágio em que foram vítimas, conforme se alega, de tão inacreditáveis abusos e tão espantosa miséria que sua sorte provocou o nascimento do Marxismo e se refletiu em toda uma imensa literatura romântica de índole social. A expansão americana entre 1830 e 1929 – a qual levaria os Estados Unidos a ocupar o primeiro lugar como potência mundial – registra uma das mais severas guerras civís da história e as guerras contra o México e a Espanha. Ocorreram abusos econômicos semelhantes aos que se registraram na In-

glaterra. No episódio sofreram não apenas os negros libertos, mas uma grande parte dos 60 milhões de imigrantes europeus e asiáticos, que, espontaneamente, procuravam Canaã na América. A euforia da liberdade e da iniciativa parecia justificar as desigualdades da sorte e as violências iníquas que se multiplicavam. Assistimos, em nosso próprio século, ao maior genocídio da história, o que foi perpetrado por Stalin sobre seu próprio povo, com dezenas de milhões de pessoas – não só burgueses, mas Kulaks e proletários – que morreram em condições diversas de horror. Em nome de um ideal de justiça social, pretendia-se industrializar rapidamente a Rússia, sacrificando sem misericórdia uma geração inteira afim de parir, no bôjo da história, o paraíso proletário em que se devia locupletar a geração seguinte. O argumento, tanto dos capitalistas americanos quanto dos comunistas russos, sempre foi que não se pode fazer omeletes sem quebrar os ovos.

Em outro terreno, conquistas políticas positivas e mesmo grandiosas, alguns triunfos que fazem parte orgulhosa de nossa herança democrática foram realizados a custa de muito sofrimento e de muita injustiça. Bastaria lembrar o Terror durante a Revolução francesa e a epopéia napoleônica. Sem estas, os ideais de liberdade e de governo do povo, para o povo e pelo povo não se teriam espalhado pela Europa e pela América.

E como poderíamos deixar de mencionar o próprio Cristianismo? A religião de doçura e amor que nos deixou o Senhor se expandiu pelo mundo geralmente de modo pouco cristão. Após os primeiros séculos em que o solo da catequese foi abundantemente regado com o sangue dos mártires, a Cristandade fundada por Constantino passou a converter a ferro e fogo. Recordemos Carlos Magno e os saxões, Santo Olavo na Noruega, os massacres da Ordem Teutônica. E o que dizer dos Conquistadores ibéricos da América nesse particular? E de nossos próprios Bandeirantes e escravocratas do período colonial? Em grande parte, a repulsa que os missionários cristãos encontraram ao Evangelho no Extremo Oriente se deve atribuir ao fato que sempre precediam ou acompanhavam as injustiças e violências inomináveis do imperialismo colonial europeu.

De um modo geral, uma visão filosófica hegeliana afirmará que o critério básico da história é o da eficiência. Seu idealismo é pragmático: o real é racional. **Die Weltgeschichte is das Weltgericht**, repetia Hegel a fórmula de Schiller. É esse o grande e insondável Mistério da História, o Mistério da Iniquidade – que o Bem seja muitas vezes infeliz, impotente e ineficaz; e que o Mal seja eficiente, glorioso e bem sucedido. Indiscutivelmente, a história avança em meio às guerras, à força agressiva, à dominação e exploração de uns pelos outros. O progresso pode ser injusto como injusta é a vida. Darwin, um dos três ou quatro grandes pensadores cuja sombra imensa recobre nossa época, acabou demonstrando, com acordo geral da ciência oficial, que a injustiça é um custo biológico inexorável: a Evolu-

ção se processa segundo um critério de mera eficiência. Isso é o que é chamado de "sobrevivência do mais apto". Há, na verdade, uma incompatibilidade de raiz na vida e na história entre os ímpetos egoístas de sexo, segurança e dominação, que proporcionam o triunfo da espécie e a afirmação vital do próprio indivíduo em relação aos ideais de amor, compaixão e justiça que prezamos como constituintes do patrimônio mais precioso de nossa cultura cristã. Nosso dilema consiste portanto em compatibilizar exigências opostas, estruturadas numa tensão bipolar.

Palestra proferida em 21/Julho/1988

PRESIDENCIALISMO E PARLAMENTARISMO

J. C. de Macedo Soares Guimarães
Engenheiro Naval

"O Presidencialismo e o Parlamentarismo são historicamente postos em discussão nesta palestra, seus prós e contras, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, dando o autor sua visão pessoal do assunto."

Os debates na atual Assembléia Nacional Constituinte sobre as formas de governo a serem adotadas pelo Brasil, levaram-nos a escrever alguns artigos tecendo considerações sobre as duas formas básicas de governo encontradas nas democracias modernas: o presidencialismo e o parlamentarismo. O primeiro, que tem origem por ocasião da independência americana no século XVIII, constituiu à época, uma inovação em matéria de gestão do Estado. Já os princípios parlamentaristas remontam a épocas anteriores e tiveram origem na Inglaterra, onde no início do século XIII (1215), o rei João Sem Terra foi obrigado a outorgar a "Magna Charta". Foi ela praticamente a criadora do Parlamento quando investiu 25 barões, de grande autoridade para fazerem respeitar a Carta, que era lida solenemente, duas vezes por ano, em cada catedral do reino. Dizemos que este documento foi o início de tudo porque na esteira desta grande Carta, vários outros textos se sucederam culminando com a "Bill of Rights" (1689) e o "Act of Settlement" (1708) que moldaram o parlamentarismo como é hoje conhecido. A consolidação entretanto do parlamentarismo

veio no século XIX onde os grandes estadistas ingleses como Peel, Melbourne, Russel, Disraeli, Gladstone, Palmerston, entre outros, restringiram o poder dos monarcas ingleses fazendo valer a autoridade do Parlamento como é usada nos tempos atuais.

Passemos agora aos aspectos da criação do presidencialismo e quais foram as discussões entre os patriotas americanos, quando de sua instituição, pois é o sistema de governo que, "soi-disant", existe hoje no Brasil.

A Constituição dos Estados Unidos da América foi concebida com a idéia da separação dos poderes. Este sistema idealizado pelos fundadores da República americana não tinha, então, similar no mundo. Como bons newtonianos que eram, imaginavam aqueles patriotas criar um regime que funcionasse como um mecanismo de contrapesos em que os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – independentes e harmônicos, atuassem, sempre que necessário, cada um deles como válvula de controle contra os excessos dos outros. A experiência prévia de governo independente nos Estados Unidos, que foi a "Carta da Confederação" sob a qual as colônias rebeldes foram governadas durante a Revolução, mostrou muitas deficiências. Esta "Carta" dos confederados punha toda autoridade, legislativa e executiva, no Congresso. Era um governo parlamentarista sem primeiro-ministro.

Desde as primeiras discussões durante a elaboração da Constituição, em Filadélfia, em 1827, duas tendências logo se manifestaram: aqueles que eram partidários de um Executivo forte e os que eram partidários de um Legislativo forte. Toda a história do Governo americano até os dias de hoje mostra o choque entre estas duas opiniões. Alexandre Hamilton, partidário de um Executivo forte, declarou: "A energia no Executivo é o caráter predominante na definição de um bom governo" (1). Já Thomas Jefferson tomava posição oposta, dizendo que a Presidência deveria ser forte, mas ainda assim limitada. Evidentemente, ao limitar os poderes do Presidente, os fundadores da República queriam evitar que ele se tornasse em qualquer hipótese a réplica de um soberano. Assim, colocaram entre as atribuições do Legislativo o poder de declarar guerra a outros países, aprovar tratados, dar a palavra final em todos os assuntos de política externa, e as regras do comércio com as nações estrangeiras.

Outra medida muito importante criada pelos fundadores da República americana foi o poder de "impeachment" dado ao Congresso. Por julgamento do Congresso, o Presidente, o Vice-Presidente e todos os funcionários civis poderiam ser removidos de suas funções por crimes de traição à pátria, corrupção e outras ofensas. Foi um instrumento de alta importância dado ao Congresso, equivalente, talvez ao voto de desconfiança do regime parlamentarista. Pretendiam com esta medida colocar o Executivo sob fiscalização do congresso, impondo-lhe limites para eventuais abusos do poder. A prática, entretanto, demonstrou quão difícil foi a aplicação desta medida, sabido é que os partidá-

rios do Presidente em exercício sempre conseguiram bloquear a ação do Congresso neste particular.

Os exemplos partem do próprio Estados Unidos.

Um os aspectos que suscitaram maiores debates durante a Convenção constitucional foi a questão das emergências, ou seja, quais os meios de que deveriam dispor as autoridades, mais especificamente o Executivo, para fazer frente às situações de emergência quando houvesse perigo para as instituições. Nós, aqui no Brasil, sempre discutimos quais os poderes que devem ser dados ao Presidente nestas ocasiões, quem deveria concedê-los e o prazo de sua duração. "Estado de sítio", "Estado de emergência" e mais recentemente a palavra "salvaguardas" têm sido tema para discussões polêmicas. Será interessante, por conseguinte, voltar atrás para ver como os fundadores do presidencialismo debateram esta questão. Ninguém melhor do que Schelsinger Jr. em sua memorável obra (2) mostra o pensamento daqueles patriotas. Segundo este autor, os constituintes americanos foram fortemente influenciados pelos pensamentos de John Locke. Este filósofo inglês publicou em 1689 seus dois "Tratados de Governo Civil", e no segundo livro trata das situações de emergência. Locke argüia que, de uma maneira geral, o contrato social deveria ser sempre respeitado, e a autoridade do governo perfeitamente delimitada. Mas em emergência (3), dizia, os governantes poderiam recorrer a poderes excepcionais. Ia mais longe Locke afirmando que, no interesse da auto preservação, os governantes poderiam assumir a seu único critério os poderes que quissessem se a lei silenciasse a respeito, e tomar as medidas que achassem necessárias mesmo contra a lei.

Se os constituintes americanos eram adeptos da doutrina de Locke, não há nenhum dispositivo na Constituição americana que dê ao seu Presidente estes poderes. O pensamento geral, reafirmado por Alexandre White na primeira legislatura, era de que fora sempre melhor o Presidente "estender os seus poderes em ocasiões excepcionais mesmo que não estritamente justificado pela Constitução do que o Congresso conceder a ele um poder abusivo para ser exercido continuadamente" (4). Assim, o princípio estabelecido foi o que Presidente pode agir como achar necessário para resolver a emergência mas sob sua exclusiva responsabilidade. Tendo assim agido, deve imediatamente informar as razões de sua atitude ao Congresso, o qual será o juiz de sua ação. Este nos parece o princípio mais adequado para resolver as crises, em vez de estarmos pensando em fazer leis muito elaboradas para definir como deve agir o Executivo nesta ou naquela emergência. Poder semelhante tem o Presidente francês, concedido pelo artigo 16 da recente Constituição francesa.

Que parece ter sido sempre esta a interpretação dada pelos constituintes americanos ninguém melhor do que Jefferson para nos esclarecer. "Em ocasiões importantes", escreveu ele em 1807, "qualquer funcionário responsável deve estar pronto para arriscar-se indo

além dos estritos limites da lei quando a preservação do bem público assim o exigir; os motivos de sua ação serão sua justificativa". E mais: "Há casos extremos em que as leis se tornam inadequadas para preservação da própria lei, e em que o recurso universal é um ditador ou uma lei marcial". E, novamente, em 1810, depois de deixar a Casa Branca, enfatizava: "A obediência estrita às leis escritas é, não há dúvida, uma das altas obrigações de um bom cidadão, mas não é a mais alta. A provisão das próprias necessidades, a autopreservação, a salvação de seu país quando em perigo, são obrigações mais altas (...). Perder o seu país por uma aderência escrupulosa à lei escrita significaria perder a própria lei, além da vida, da liberdade, da propriedade e todos aqueles que as estão gozando conosco; é um absurdo sacrificar os fins pelos meios". Ele, entretanto, compreendeu os riscos desta argumentação e colocou estas decisões ditadas pela emergência sob o julgamento da história. "A linha demarcatória entre os diferentes casos será difícil de traçar; mas o funcionário qualificado terá que traçá-la a seu próprio risco, e submeter-se à justiça de seu país confiando na retidão dos seus motivos" (5). (The line of discrimination between cases may be difficult; but the good officer is bound to draw it at his own peril, and throw himself on the justice of his country and the reactitude of his motives.)

Estendemo-nos um pouco sobre esta questão de emergência, pois este é o problema crucial das relações entre governantes e governados, especialmente no Brasil de hoje. Temos visto recentemente seguidos pronunciamentos de autoridades sobre a necessidade de fortalecer o Estado em detrimento da Sociedade. A palavra "salvaguarda" tem sido usada freqüentemente por aqueles que desejam uma tutela do Estado sobre o indivíduo, esquecendo, talvez, que o Estado existe em função da Sociedade e não esta daquele. Certo que, no mundo moderno, em que novas ideologias proclamam abertamente as excelências das ditaduras, seja do "proletariado" seja dos "corporativistas", o estado democrático tem que dispor de um mínimo de meios para se precaver contra estas tentativas de derrubá-lo. O mal é que, quase sempre, fortalecer o Estado no regime presidencialista é sinônimo de fortalecer o Executivo. Dá-se, por conseguinte, a hipertrofia de um dos poderes em relação aos outros. O ponto mais vulnerável, talvez, do presidencialismo, o regime de igualdade e da separação dos poderes, reside aí. No nosso ponto de vista não deve haver a preocupação de se ter um presidente forte, mas assim uma Presidência forte dentro dos limites da Constituição. Numa época como a de hoje, de turbulência social, de inflação, de aumento de criminalidade e decadência dos centros urbanos, não se pode advogar uma Presidência fraca. Ao contrário, uma Presidência forte **legitimada pelo voto popular**, enquadrada nos parâmetros constitucionais é essencial para manter a unidade da nação. Isto não quer dizer que devamos ter uma Presidência isolada do resto da nação, cercada de áulicos, transformando seu palácio numa

torre de marfim. A comunicação permanente do Presidente com os seus concidadãos é essencial à sobrevivência do regime. Toda vez que um presidente medíocre começa a sucumbir aos delírios de grandeza que sobrevêm com o poder, quando seu equilíbrio interior se rompe, controles externos se tornam necessários para salvar a República. Wilson resumiu magistralmente o espírito de uma república constitucional: "O objetivo principal da democracia é que nos consultemos uns com os outros, para que não dependamos do juízo de um só homem, mas sim do conselho de todos" (6). É a disciplina do consenso. No Brasil, nas reformas de abril de 1977, o governante absolutamente não acreditou nestes princípios.

Outro ponto para o qual desejamos chamar atenção é a questão dos auxiliares mais próximos do Presidente, do seu staff, como dizem os anglo-saxões. Todo Presidente necessita de um pequeno staff pessoal, de toda confiança, que lhe sirva de olhos, ouvidos e parte do cérebro. Mas ele deve evitar de todas as maneiras um vasto e possessivo staff com ambições de ditar todas as decisões de governo, deixando em segundo plano os ministros e as chefias de órgãos importantes. E, acima de tudo, o Presidente não pode tornar-se prisioneiro de um único sistema de informações. Vários canais de comunicação devem estar abertos ao Presidente para que ele possa julgar e apreender dos diferentes segmentos da opinião pública os humores da nação.

A tendência, entretanto, dos últimos presidentes brasileiros tem sido, no nosso entender, exatamente oposta, acentuando-se o isolamento presidencial, agravado pelas características da eleição sem o respaldo popular. Deste isolamento resultaram decisões inteiramente erradas, inteiramente divorciadas da realidade nacional, só aprovadas pelos áulicos, que rondam os salões do palácio presidencial.

De tudo que falamos desejamos principalmente mostrar aos senhores conselheiros a dificuldade do funcionamento do sistema presidencialista. Sua concepção original é quase perfeita, mas ousamos dizer que seu funcinamento correto só seria possível em uma nação como os Estados Unidos onde o respeito à opinião pública, traduzida na livre manifestação da imprensa, no livre funcionamento do Judiciário e nas prerrogativas plenas do Congresso, que não sofreram interrupções desde a fundação da República, constituem a base da educação do povo americano. A exportação do modelo para a América Latina foi um desastre. Tornou-se uma fábrica de ditaduras. Menos pelo sistema. Mais pelas condições econômicas e sociais daqueles países.

Mas, se o sistema presidencialista para o seu correto funcionamento exige condições especiais, vamos agora verificar se o parlamentarismo, o outro sistema de governo democrático conhecido, oferece melhores condições. O parlamentarismo denominado governo de gabinete não repousa na chamada separação de poderes. Há virtualmente dois poderes: O Parlamento e o Judiciário. Três importantes características marcam o sistema parlamentar: Em

primeiro lugar, a seleção indireta do Chefe de Governo, que não é escolhido por votação direta do povo, mas emerge do partido ou da coligação vitoriosa. Em segundo lugar, a questão da possibilidade da mudança do governo sem o recurso às eleições gerais: é a questão do voto de confiança, que pode substituir um governo que se mostre incapaz, sem interrupção do trabalho administrativo. Em terceiro lugar, a participação efetiva dos ministros no dia a dia dos trabalhos do parlamento, no encaminhamento e na discussão das matérias legislativas.

Aí está a grande vantagem do sistema parlamentarista. A eleição indireta do Chefe do Governo entre os membros do partido vitorioso evita a eleição de líderes carismáticos, sem encontrar o apoio necessário no parlamento. O voto de confiança permite atalhar crises no nascedouro, criando uma maneira de substituição do Chefe de Governo que se mostre incapaz antes do término da legislatura. A solução presidencialista equivalente, do "impeachment", é de difícil aplicação e sua efetivação paralisa a vida da nação, pois não é sem trauma que se substitui um presidente eleito por voto popular com mandato fixo. A participação dos ministros nos debates só traz benefícios. Mas no regime parlamentarista puro isto é possível porque os ministros têm que ser obrigatoriamente membros do Parlamento. Assim, podem discutir e votar todas as medidas legislativas.

Outra vantagem do parlamentarismo é que separa as funções de Chefe de Estado das de Chefe de Governo. O Presidente ou Monarca no sistema parlamentarista exerce funções mais ou menos protocolares. Podem de acordo com cada país ter maiores ou menores poderes mas, em geral, suas funções são de um moderador. Mas não resta dúvida que aliviam muito a carga do Chefe do Governo quanto aos aspectos "sociais" do cargo. O Chefe do governo, o primeiro-ministro, dedica a quase totalidade do seu tempo à tarefa de dirigir a Nação.

Outro aspecto importante do parlamentarismo é o poder do Chefe de Estado de dissolver o parlamento. Se o governo não funciona bem cabe ao Parlamento mudar o governo. Cai o governo mas não cai o regime Muitas vezes muda-se, no regime parlamentarista, Chefes de governo que se mostraram fracos para enfrentar as crises, por outros mais fortes dentro do mesmo partido. Citemos como exemplo o caso de Chamberlain substituído por Churchill durante a segunda grande guerra. Por outro lado se o Parlamento não se mostrar a altura de resolver os problemas que afligem a Nação, o chefe de Estado remete a questão ao juiz supremo: o povo. E como faz isto? Dissolvendo o Parlamento para que outros membros mais capazes sejam eleitos. É pois o mecanismo de dissolução do Parlamento essencial para o bom funcionamento do parlamentarismo, obrigando os parlamentares a ter sempre em mente que a sua conduta está sempre sujeita ao crivo do julgamento popular. Daí importante que o Chefe de Estado esteja acima dos partidos, o que não ocorre se tivermos em regime parla-

mentarista Presidentes eleitos diretamente por voto popular, como algus países atualmente (França e Portugal) estão tentando. Isto cria a tentação dos Presidentes se sobreporem ao Parlamento sob o suposto respaldo dos votos recebidos.

E a questão do Brasil? A Constituição do Império não era claramente parlamentarista pois reconhecia o direito do Imperador nomear e demitir livremente seus ministros. Isto é verdade. O Artigo 102 da Constituição do Império (1824) era ambíguo: "Art. 102 – O Imperador é o Chefe do Poder Executivo e o exercita pelos seus Ministros de Estado".

Entretanto, em 1847, foi instituído o cargo de Presidente do Conselho dos Ministros (Gabinete Alves Branco) onde ficaram nitidamente discriminadas as funções do Imperador e do Primeiro-Ministro. Daí em diante, em nosso entender, o regime passou a ser nitidamente parlamentarista. Com esta opinião estão Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e outros ilustres historiadores. O parlamentarismo no Império, representou pois 42 (quarenta e dois) anos de notável experiência de governo com grande continuidade e estabilidade das instituições. Nesta época o Parlamento firmou-se como a grande instituição política do Brasil e, por seu intermédio, houve a consolidação do Brasil como nação. As guerras contra Rosas e Lopes, das mais graves crises que a nação teve que enfrentar, foram conduzidas com energia pelos gabinetes parlamentaristas de então. Desfaz-se, pela atuação daqueles notáveis governos, a noção de que o brasileiro é um povo que necessita de um líder máximo, de um "condottieri" para dirigir seus destinos.

Errada também a assertiva de alguns, de que o Brasil tem tradição presidencialista. Quantos presidentes terminaram seus mandatos, de 1894 para cá, quando o primeiro Presidente eleito pelo povo, Prudente e Morais, tomou posse? O período até 1930, 36 anos, terminou abruptamente com a deposição de Washington Luiz. A era getuliana, de 1930 a 1945 não pode ser considerada uma época presidencialista. Foi pura e, simplesmente uma ditadura. Temos depois, até 1964, um período em que somente Dutra e Kubitschek (10 anos) terminaram seus governos dentro das regras democráticas. Getúlio matou-se para não ser deposto, Jânio renunciou e Goulart foi deposto. Dalí para cá, só governos militares que, não podem ser considerados governos normais. Assim temos, desde a Proclamação da República – 1889, até hoje, apenas 42 anos de governos de presidentes que, começaram seus mandatos eleitos pelo povo e terminaram normalmente. Que tradição é esta que, em 99 anos nem em metade deste tempo foi realmente exercido o regime presidencialista?

A verdade é que, o regime presidencialista, criado e exportado pelos Estados Unidos para a América Latina, tornou-se uma fábrica de ditadores, tal a soma de poderes que concede ao Presidente da República. Daí as constantes crises que tivemos e estamos enfrentando com o regime presidencialista. A superioridade flagrante do regime parlamentarista sobre o presidencialista,

que a própria história brasileira confirma, é mais uma vez demonstrada. É só comparar os dois períodos. E não se diga que o breve interregno parlamentarista de 1961 foi totalmente destituido de proveitos. Ouçamos o que diz a respeito um dos mais ilustres e experimentados políticos de nossa época. "Eu que não era inteiramente parlamentarista, mas tinha simpatia pelo regime, tornei-me mais parlamentarista depois daquela experiência, apesar das falhas. Percebi que o regime é tão bom que mesmo aquela experiência precária deu resultado. Tivemos um parlamentarismo imposto, fraco, adotado para evitar a crise. Apesar de tudo deu resultado (...). Quando há crise no parlamentarismo cai o gabinete mas não cai o regime. Por isso, hoje eu me inclino pelo parlamentarismo". (7)

Alega-se que o Brasil não pode ter atualmente o sistema parlamentar de governo por não ter partidos políticos fortes e bem organizados. Não são os partidos que fazem o parlamentarismo forte. É o parlamentarismo que torna os partidos fortes. A ambição de todo político é conquistar o poder. No parlamentarismo para ter o poder é preciso que se tenha maioria nas Assembléias. A tendência pois dos políticos é se agruparem em dois ou três partidos fortes para assim poderem chegar ao poder.

Outro erro é admitir que o Executivo se funde com o Parlamento. Escolhido o Gabinete este assume claramente as funções de Executivo com os seus deveres e funções claramente delineadas. A diferença é que no parlamentarismo o Executivo tem que prestar contas quase que diariamente aos representantes do povo, no Parlamento, onde comparecem quase diariamente.

E a nossa República? O presidencialismo criado funcionou a contento? Jamais. O presidencialismo no Brasil nunca funcionou porque na realidade nunca houve separação de poderes. O Executivo sempre foi o PODER no Brasil. Em primeiro lugar, pela ausência de eleições livres na República Velha, as oligarquias estaduais dominando todo o terreno. A representação sem autenticidade. Após 1930 e, principalmente, depois de 1946, se as eleições sob a égide da Justiça Eleitoral se tornaram cada vez mais legítimas, o processo de seleção dos candidatos continuou o mesmo. As convenções partidárias em todos os níveis continuaram à mercê dos oligarcas e caciques partidários. Isto se deve à ausência de eleições primárias para escolha dos candidatos.

No Brasil, a atitude dos políticos e do povo brasileiro em relação ao Presidente da República estimula-o a assumir cada vez mais poderes discricionários. Se no Império tivemos uma "monarquia presidencialista", na República tivemos "Presidentes imperiais". Poucos são os momentos em que o Congresso esteve à altura da sua função fiscalizadora em relação ao Executivo. No Brasil, os poderes dados em nossa Constituição ao Presidente são maiores que os dados ao presidente na pátria do Presidencialismo: os Estados Unidos. Lá, qualquer funcionário de realce para ser nomeado pelo Presidente para qualquer função – não só os Secretários

(ministros), mas também os principais chefes de departamento – tem que obter a aprovação do Congresso. A política exterior é partilhada pelo Presidente com o Congresso. As poderosas comissões do Legislativo (Senado e Câmara) têm poderes totais para exigir o comparecimento de qualquer secretário ou funcionário para prestar informações sobre qualquer assunto. Isto inclui obrigatoriamente as autoridades militares. Há realmente uma separação de poderes – essência do regime presidencialista – coisa que nunca houve no Brasil.

Perdeu, no nosso entender, o Brasil uma grande oportunidade ao escrever sua nova Constituição não instituindo o sistema parlamentar de governo. Seria o início do restabelecimento da democracia no país. É nossa firme convicção que uma República Parlamentarista é a única forma de se ir corrigindo paulatinamente os inúmeros vícios da nossa política e voltarmos a ser a "exceção americana" nas palavras do presidente Rojas Paul por ocasião da Proclamação da República e referindo-se a democracia vigente com o nosso estilo parlamentar de governo: "Se ha acabado la unica república que existia in America, el Império del Brasil".

NOTAS

(1) Hamilton, Alexandra: Federalist Papers, 70th, library of Congress.

(2) Schelsinger, Jr., Arthur M.: The Imperial Presidency, Popular Library Edition, New York, 1975.

(3) Locke, John: Second Treatise of Government, Capítulo IV.

(4) Schlesinger: Op. cit., p. 21.

(5) Jefferson para W. C. Claiborne, 3 de fevereiro de 1807; para James Brown, 27 de outubro, 1808; para J. B. Calvin, 20 de setembro de 1810; Jefferson Writtings, Memorial editions, XI p. 151; XII, p. 183, 418 a 22.

(6) Woodrow Wilson: The New Freedom, Englewood Cliffe, 1961, p. 164.

(7) Amaral Peixoto, "Artes da Política" – Ed. Nova Fronteira, 1986.

Palestra proferida em 28/Julho/1988

SESC – LAZER E CULTURA NA CAPITAL PAULISTA

Além das muitas opções de lazer que oferece à família comerciária e ao público em geral, a Fábrica Pompéia, em São Paulo, também abre um espaço importante para a cultura. Sua biblioteca, ao lado de um amplo acervo de livros, conta igualmente com um setor de periódicos em que podem ser encontrados os principais jornais e revistas do país.

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura